



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	23
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	23
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	24
12. INVESTIMENTOS.....	29
13. IMOBILIZADO	42
14. INTANGÍVEL.....	48
15. FORNECEDORES	50
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	50
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	52
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	57
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	57
20. PROVISÕES	58
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	69
22. RECEITA	71
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	75
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	81
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	82
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	85
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	93
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	95
29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	98
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	98
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	99
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	116

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.606.057	887.143	147.362	113.336
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.044.600	993.994	206.767	46.284
Consumidores e Revendedores	6	3.051.879	2.141.844	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	184.245	247.571	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	736.836	848.375	-	-
Tributos Compensáveis	7	249.929	213.602	4.817	4.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	388.403	294.903	-	-
Dividendos a Receber		58.868	73.283	211.841	354.811
Fundos Vinculados		210	1.110	133	273
Estoques		42.298	39.887	10	10
Adiantamento a Fornecedores	25	83.452	-	-	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	10	166.571	344.896	-	-
Outros Créditos		687.130	467.770	7.973	12.558
TOTAL DO CIRCULANTE		8.300.478	6.554.378	578.903	532.088
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	71.641	17.278	3.850	991
Consumidores e Revendedores	6	61.345	202.734	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	75.743	6.172	-	-
Tributos Compensáveis	7	365.647	386.606	6.570	6.568
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	180.594	207.104	180.594	207.104
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.261.341	1.245.726	436.123	362.408
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.562.151	1.534.805	424.257	423.044
Outros Créditos		616.061	407.525	10.826	19.219
Ativo Financeiro da Concessão	11	9.360.102	7.474.968	-	-
Investimentos	12	9.694.981	8.039.791	14.321.782	12.138.161
Imobilizado	13	3.949.855	5.543.620	2.227	1.178
Intangível	14	3.084.711	3.379.296	1.427	1.096
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		30.284.172	28.445.625	15.387.656	13.159.769
TOTAL DO ATIVO		38.584.650	35.000.003	15.966.559	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores	15	1.687.707	1.603.716	5.332	5.766
Encargos Regulatórios	18	535.963	105.558	-	-
Participações nos Lucros		180.890	115.698	12.966	10.835
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	672.531	554.708	27.136	57.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	29.447	42.556	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		717.673	1.643.451	717.673	1.643.451
Empréstimos e Financiamentos	17	3.692.457	4.151.063	-	-
Debêntures	17	869.553	1.139.592	-	-
Salários e Contribuições Sociais		226.594	194.608	9.833	8.555
Obrigações Pós-emprego	19	162.835	153.426	8.988	8.932
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda		345.738	-	345.738	-
Outras Obrigações		477.878	418.941	15.580	13.716
TOTAL DO CIRCULANTE		9.599.266	10.123.317	1.143.246	1.749.230
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	206.126	251.937	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	1.692.074	1.832.307	-	-
Debêntures	17	7.598.248	6.385.776	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	720.494	723.176	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	724.221	611.469	-	-
Provisões	20	820.206	754.975	334.556	308.767
Obrigações Pós-emprego	19	2.589.040	2.478.226	140.464	134.151
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	12	81.346	194.830	-	165.801
Outras Obrigações		250.780	359.038	49.518	52.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.682.535	13.591.734	524.538	661.716
TOTAL DO PASSIVO		24.281.801	23.715.051	1.667.784	2.410.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		3.391.184	2.593.868	3.391.184	2.593.868
Ajustes de Avaliação Patrimonial		451.414	468.332	451.414	468.332
Lucros Acumulados		2.237.466	-	2.237.466	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		14.298.775	11.280.911	14.298.775	11.280.911
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.074	4.041	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.302.849	11.284.952	14.298.775	11.280.911
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.584.650	35.000.003	15.966.559	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
RECEITA LÍQUIDA	22	16.025.635	13.208.583	241	241
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(7.268.235)	(5.281.905)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(767.615)	(536.171)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(789.616)	-	-	-
		<u>(8.825.466)</u>	<u>(5.818.076)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
OUTROS CUSTOS	23				
Pessoal e Administradores		(793.780)	(720.521)	-	-
Materiais		(31.353)	(40.777)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(87.882)	(203.342)	-	-
Serviços de Terceiros		(531.719)	(526.270)	-	-
Depreciação e Amortização		(611.073)	(571.346)	-	-
Provisões Operacionais		(124.516)	(51.850)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(779.364)	(594.111)	-	-
Outras		(153.364)	(134.770)	-	-
		<u>(3.113.051)</u>	<u>(2.842.987)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(11.938.517)	(8.661.063)	-	-
LUCRO BRUTO		4.087.118	4.547.520	241	241
DESPESAS OPERACIONAIS	23				
Despesas com Vendas		(110.037)	(89.457)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(435.642)	(419.172)	(35.986)	(40.586)
Despesas com Provisões Operacionais		(189.876)	(6.318)	(189.876)	(6.318)
Outras Despesas Operacionais		(511.327)	(471.589)	(32.805)	(39.166)
		<u>(1.246.882)</u>	<u>(986.536)</u>	<u>(258.667)</u>	<u>(86.070)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	259.854	33.873	2.384.597	2.042.189
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	12	729.442	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.829.532	3.594.857	2.126.171	1.956.360
Receitas Financeiras	24	840.059	422.183	15.326	51.745
Despesas Financeiras	24	(1.645.843)	(994.161)	(26.626)	(4.125)
Resultado antes dos Impostos		3.023.748	3.022.879	2.114.871	2.003.980
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(739.433)	(1.209.356)	(3.109)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(98.470)	206.496	73.715	16.039
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>2.185.845</u>	<u>2.020.019</u>	<u>2.185.477</u>	<u>2.020.019</u>
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.185.477	2.020.019	2.185.477	2.020.019
Participação de acionista não-controlador		368	-	-	-
		<u>2.185.845</u>	<u>2.020.019</u>	<u>2.185.477</u>	<u>2.020.019</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	1,74	1,60	1,74	1,60
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	1,74	1,60	1,74	1,60

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
RECEITA	22	4.783.876	3.797.147	80	81
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.534.554)	(1.783.923)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(274.972)	(201.945)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(265.694)	-	-	-
		<u>(3.075.220)</u>	<u>(1.985.868)</u>	-	-
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(253.891)	(238.016)	-	-
Materiais		(6.540)	(14.981)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(12.911)	(77.709)	-	-
Serviços de Terceiros		(171.530)	(185.403)	-	-
Depreciação e Amortização		(194.421)	(197.508)	-	-
Provisões Operacionais		(46.613)	(48.324)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(279.701)	(232.870)	-	-
Outras		(48.631)	(47.353)	-	-
		<u>(1.014.238)</u>	<u>(1.042.164)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(4.089.458)	(3.028.032)	-	-
LUCRO BRUTO		694.418	769.115	80	81
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(51.960)	(40.944)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(159.377)	(153.048)	(10.003)	(12.116)
Despesas com Provisões Operacionais		(52.851)	(11.534)	(52.851)	(11.534)
Outras Despesas Operacionais		(142.111)	(154.899)	(12.483)	(14.098)
		<u>(406.299)</u>	<u>(360.425)</u>	<u>(75.337)</u>	<u>(37.748)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		164.044	(102.074)	253.758	40.780
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		(5.088)	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		447.075	306.616	178.501	3.113
Receitas Financeiras	24	315.204	131.891	1.904	19.736
Despesas Financeiras	24	(595.957)	(341.420)	(22.928)	(872)
Resultado antes dos Impostos		166.322	97.087	157.477	21.977
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	5.600	(129.272)	(3.109)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(4.968)	61.241	12.495	7.079
RESULTADO DO PERÍODO		166.954	29.056	166.863	29.056
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		166.863	29.056	166.863	29.056
Participação de acionista não-controlador		91	-	-	-
		<u>166.954</u>	<u>29.056</u>	<u>166.863</u>	<u>29.056</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	0,13	0,02	0,13	0,02
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	0,13	0,02	0,13	0,02

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.185.845	2.020.019	2.185.477	2.020.019
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(318)	325	-	-
	(318)	325	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	35.085	3.220	35.071	3.545
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	304	-	-	-
	35.389	3.545	35.071	3.545
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.220.916	2.023.564	2.220.548	2.023.564
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.220.548	2.023.564	2.220.548	2.023.564
Participação de acionista não-controlador	368	-	-	-
	2.220.916	2.023.564	2.220.548	2.023.564

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	166.954	29.056	166.863	29.056
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(200)	-	-	-
	(200)	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	23.459	5.865	23.479	5.865
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	220	-	-	-
	23.679	5.865	23.479	5.865
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	190.433	34.921	190.342	34.921
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	190.342	34.921	190.342	34.921
Participação de acionista não-controlador	91	-	-	-
	190.433	34.921	190.342	34.921

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do período	-	-	-	-	2.185.477	2.185.477	368	2.185.845
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(318)	-	(318)	-	(318)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	304	-	304	-	304
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	35.085	-	35.085	-	35.085
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	35.071	2.185.477	2.220.548	368	2.220.916
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos, em 2014, referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(51.989)	51.989	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	3.391.184	451.414	2.237.466	14.298.775	4.074	14.302.849

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.294.208	1.924.733	3.839.882	579.534	-	12.638.357	-	12.638.357
Resultado do período	-	-	-	-	2.020.019	2.020.019	-	2.020.019
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	3.220	-	3.220	-	3.220
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	3.545	2.020.019	2.023.564	-	2.023.564
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)	-	(230)
Dividendos adicionais propostos em 2013 (R\$0,04 por ação)	-	-	(54.527)	-	-	(54.527)	-	(54.527)
Dividendos extraordinários (R\$ 1,35 por ação)	-	-	(1.704.000)	-	-	(1.704.000)	-	(1.704.000)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(50.058)	50.058	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.081.355	533.021	2.070.077	12.903.164	-	12.903.164

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.185.845	2.020.019	2.185.477	2.020.019
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	837.903	1.002.860	(70.606)	(16.039)
Depreciação e Amortização	628.831	587.488	724	383
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	86.517	24.932	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(259.854)	(33.873)	(2.384.597)	(2.042.189)
Juros e Variações Monetárias	832.014	847.229	21.669	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	(729.442)	-	-	-
Provisões para Perdas Operacionais	424.429	84.683	189.876	6.318
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(1.306.434)	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	270.360	234.130	14.388	12.001
	2.970.169	4.767.468	(43.069)	(19.507)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(878.683)	(84.945)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.193.190	-	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	178.325	(507.330)	-	-
Tributos Compensáveis	(15.368)	290.846	(3)	(11)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(82.605)	119.424	26.510	30.117
Transporte de Energia	(6.245)	(1.894)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(27.346)	(53.740)	(1.213)	(3.188)
Dividendos recebidos de Participações	345.489	308.798	471.219	3.121.129
Ativo Financeiro da Concessão	7.415	3.593	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(75.303)	-	-	-
Outros	(231.323)	(102.418)	26.206	15.988
	407.546	(27.666)	522.719	3.164.035
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	83.991	468.574	(434)	(8.985)
Impostos, Taxas e Contribuições	115.697	(61.418)	(30.839)	(46.242)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(1.379)	(124.659)	(436)	-
Salários e Contribuições Sociais	31.430	10.612	1.278	(1.158)
Encargos Regulatórios	384.594	3.918	-	-
Obrigações Pós-emprego	(150.137)	(141.123)	(8.019)	(7.428)
Outros	134.671	20.483	(4.968)	(27.946)
	598.867	176.387	(43.418)	(91.759)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais				
	3.976.582	4.916.189	436.232	3.052.769
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(850.969)	(557.690)	(2.673)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(736.881)	(1.109.493)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.388.732	3.249.006	433.559	3.052.769

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(104.969)	21.486	(163.342)	(215.055)
Fundos Vinculados	900	690	140	(268)
Em Ativos Financeiros	(88.732)	(48.011)	-	-
Em Investimentos	(453.273)	(2.730.278)	(105.430)	(14.101)
Aquisição de participação em investidas	(309.684)	(1.594.681)	-	(2.783)
Aporte em Investidas	(143.589)	(1.135.597)	(105.430)	(11.318)
Em Imobilizado	(59.711)	(88.922)	(1.572)	(22)
Em Intangível	(622.600)	(499.669)	(532)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.328.385)	(3.344.704)	(270.736)	(229.446)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	(230)
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.091.692	3.128.769	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(4.304.328)	(1.088.015)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(128.797)	(2.819.909)	(128.797)	(2.819.909)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(341.433)	(779.385)	(128.797)	(2.820.139)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	718.914	(875.083)	34.026	3.184
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	887.143	2.201.827	113.336	286.183
No fim do exercício	1.606.057	1.326.744	147.362	289.367
	718.914	(875.083)	34.026	3.184

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2015		30/09/2014 Reclassificado		30/09/2015		30/09/2014	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	23.493.230		16.663.840		241		241	
Receita de Construção de Distribuição	690.632		546.100		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	88.732		48.011		-		-	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	729.442		-		-		-	
Receita de Indenização da Transmissão	60.549		63.315		-		-	
Outras Receitas	25.378		16.857		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.037)		(89.506)		-		-	
	24.977.926		17.248.617		241		241	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.953.314)		(5.771.120)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(848.021)		(592.522)		-		-	
Serviços de Terceiros	(931.166)		(863.730)		(6.517)		(12.255)	
Gás Comprado para Revenda	(789.616)		-		-		-	
Materiais	(461.742)		(526.687)		(192)		(88)	
Outros Custos Operacionais	(567.624)		(323.797)		(202.576)		(24.333)	
	(11.551.483)		(8.077.856)		(209.285)		(36.676)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	13.426.443		9.170.761		(209.044)		(36.345)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(628.831)		(587.488)		(724)		(383)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	12.797.612		8.583.273		(209.768)		(36.818)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	259.854		33.873		2.384.597		2.042.189	
Receitas Financeiras	840.059		422.183		15.326		51.745	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	13.897.525		9.039.329		2.190.155		2.057.116	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.270.705	9,14	1.151.266	12,73	44.424	2,03	40.215	1,96
Remuneração direta	914.284	6,58	771.944	8,54	30.969	1,41	21.729	1,06
Benefícios	306.113	2,20	329.302	3,64	12.287	0,56	15.616	0,76
FGTS	50.308	0,36	49.845	0,55	1.168	0,05	2.866	0,14
Outras	-	-	175	0,00	-	-	4	-
Impostos, Taxas e Contribuições	8.609.182	61,95	4.790.837	53,00	(66.906)	(3,05)	(7.526)	(0,37)
Federais	5.316.656	38,26	2.473.209	27,36	(67.087)	(3,06)	(7.792)	(0,38)
Estaduais	3.285.025	23,64	2.310.045	25,56	109	-	265	0,01
Municipais	7.501	0,05	7.583	0,08	72	-	1	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.831.793	13,18	1.077.207	11,92	27.160	1,24	4.408	0,21
Juros	1.751.096	12,60	994.161	11,00	26.626	1,22	4.125	0,20
Aluguéis	80.697	0,58	83.046	0,92	534	0,02	283	0,01
Remuneração de Capitais Próprios	2.185.845	15,73	2.020.019	22,35	2.185.477	99,79	2.020.019	98,20
Lucros Retidos	2.185.477	15,73	2.020.019	22,35	2.185.477	99,79	2.020.019	98,20
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	368	-	-	-	-	-	-	-
	13.897.525	100,00	9.039.329	100,00	2.190.155	100,00	2.057.116	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVES MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A controlada Cemig distribuição S.A. (“Cemig D”) detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Em 26 de outubro de 2015 a ANEEL encaminhou ao MME recomendação de prorrogação da concessão da Cemig D, bem como a minuta de termo aditivo ao seu contrato de concessão. Até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação estão sob análise da Poder Concedente. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, sendo que o novo contrato terá prazo de validade de 30 anos, com metas financeiras e de qualidade que deverão ser cumpridas pelas distribuidoras durante todo o período de vigência do contrato.

Em 30 de setembro de 2015, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R\$1.297.553 e na controladora este excesso foi de R\$ 564.343. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da maior saída de caixa prevista no curto prazo para o pagamento de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. Cabe destacar, também, que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$ 2.388.733 em setembro de 2015 e R\$ 3.249.006 em setembro de 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 09 de novembro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2015.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	30/09/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
5	28	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	11	Ativo Financeiro da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	29	Transações não Envolvendo Caixa
33	30	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e Autorizações
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias do período de janeiro a setembro de 2014, originalmente emitidas em 13 de novembro de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado				
Receita	22	13.330.419	(121.836)	13.208.583
Outros Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23	(94.860)	94.860	-
Outras Despesas Operacionais - Taxa Fiscalização, Serviços de terceiros e Penalidades contratuais e regulatórias	23	(488.700)	10.793	(477.907)
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	24	(1.010.344)	16.183	(994.161)

30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita				
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos	21	12.392.935	243.490	12.636.425
Receita de transmissão - com impostos	21	405.576	(243.490)	162.086
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	21	(3.990.847)	(121.836)	(4.112.683)

30/09/2014	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstrações do Valor Adicionado			
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadores)	(913.172)	49.442	(863.730)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadores e Penalidades contratuais e regulatórias)	(258.172)	(65.625)	(323.797)
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	1.010.344	(16.183)	994.161

01/07/2014 a 30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado				
Receita	22	3.831.889	(34.742)	3.797.147
Outros Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23	(25.236)	25.236	-
Outras Despesas Operacionais - Taxa Fiscalização, Serviços de terceiros e Penalidades contratuais e regulatórias	23	(172.427)	5.994	(166.433)
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	24	(344.932)	3.512	(341.420)

01/07/2014 a 30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita				
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos	21	4.290.605	52.632	4.343.237
Receita de transmissão - com impostos	21	118.933	(52.632)	66.301
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	21	(1.344.200)	(34.742)	(1.378.942)

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2015
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00
Cemig Overseas	Consolidação	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	42.779	88.767	4.505	4.893
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.120.775	750.376	23.919	105.937
Overnight	436.117	48.000	118.938	2.506
Outros	6.386	-	-	-
	<u>1.563.278</u>	<u>798.376</u>	<u>142.857</u>	<u>108.443</u>
	1.606.057	887.143	147.362	113.336

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 70% a 111% conforme operação).

As operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	450.158	237.605	44.418	10.616
Letras Financeiras - Bancos	361.897	556.395	98.696	25.877
Letras Financeiras do Tesouro	93.856	85.752	25.596	3.988
Debêntures	136.777	98.319	37.302	4.682
Outros	1.912	15.923	755	1.121
	1.044.600	993.994	206.767	46.284
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	57.540	420	5	209
Letras Financeiras - Bancos	13.800	16.524	3.763	765
Outros	301	334	82	17
	71.641	17.278	3.850	991
	1.116.241	1.011.272	210.617	47.275

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e que variam entre 70% a 111% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 101,5% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2015	31/12/2014
Fornecimento Faturado	1.207.260	591.436	596.875	2.395.571	2.019.288
Fornecimento não Faturado	999.889	-	-	999.889	668.348
Suprimento a Outras Concessionárias	183.849	16.165	2.773	202.787	306.791
Concessionários – Transporte de Energia	217.281	9.483	239.704	466.468	253.744
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(691.503)	(691.503)	(649.850)
	2.608.279	617.084	147.849	3.373.212	2.598.321
Ativo Circulante				3.236.124	2.389.415
Ativo não Circulante				137.088	208.906

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2015	31/12/2014
Residencial	206.515	173.899
Industrial	125.409	122.468
Comércio, Serviços e Outras	108.744	99.130
Rural	19.235	17.891
Poder Público	10.681	10.126
Iluminação Pública	4.941	5.137
Serviço Público	9.832	9.936
Encargos de Uso de Rede - TUSD	206.146	206.048
Outros	-	5.215
	691.503	649.850

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no período de janeiro a setembro de 2015 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	584.560
Constituições	89.506
Baixas	(47.200)
Saldo em 30 de setembro de 2014	626.866
Saldo em 31 de dezembro de 2014	649.850
Constituições	110.037
Baixas	(68.384)
Saldo em 30 de setembro de 2015	691.503

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 20 de julho de 2015, a Cemig GT obteve, em decisão proferida pela Justiça Federal, o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar à ANEEL que, até o trânsito em julgado da demanda, não sejam aplicados os efeitos do ajuste do mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico das usinas hidrelétricas (MRE), quando a geração de energia efetiva do conjunto de usinas participantes desse condomínio for inferior à sua garantia física em razão dos atuais baixos valores do GSF (Generation Scaling Factor), desta maneira, os efeitos reconhecidos no resultado da Companhia considerando o GSF apurado pela CCEE antes dos efeitos das liminares refletem, desde o início de 2014, a redução da geração hidrelétrica por força de diversos atos de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, alheios à Companhia.

Devido às incertezas relacionadas ao desfecho desse processo judicial, a Companhia não registrou as receitas obtidas na CCEE que foram relacionadas à Antecipação de Tutela obtida.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS a Recuperar	185.703	169.491	3.432	3.431
PIS-PASEP	10.135	6.651	-	-
COFINS	46.784	30.733	-	-
Outros	7.307	6.727	1.385	1.385
	249.929	213.602	4.817	4.816
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	275.777	282.676	4.754	4.754
PIS-PASEP	15.560	18.150	4	3
COFINS	72.083	83.984	16	15
Outros	2.227	1.796	1.796	1.796
	365.647	386.606	6.570	6.568
	615.576	600.208	11.387	11.384

Os créditos PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até setembro de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Circulante				
Imposto de Renda	271.591	201.693	-	-
Contribuição Social	116.812	93.210	-	-
	<u>388.403</u>	<u>294.903</u>	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	166.555	195.933	166.555	195.933
Contribuição Social	14.039	11.171	14.039	11.171
	<u>180.594</u>	<u>207.104</u>	<u>180.594</u>	<u>207.104</u>
	<u>568.997</u>	<u>502.007</u>	<u>180.594</u>	<u>207.104</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	266.199	267.964	249.981	251.351
Provisões Operacionais	407.000	305.929	231.300	161.353
Obrigações Pós-Emprego	660.595	623.473	37.255	35.274
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	235.235	220.835	7.195	6.804
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	199.081	196.032	-	-
Concessão Onerosa	8.763	66.638	-	-
Outros	73.683	50.083	3.624	3.147
Total	<u>1.850.556</u>	<u>1.730.954</u>	<u>529.355</u>	<u>457.929</u>
Obrigações Diferidas				
Custos de Captação	(10.716)	(1.993)	-	-
Custo atribuído	(282.104)	(305.248)	-	-
Ajuste a valor presente	-	(59.091)	-	-
Índice de Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(503.882)	(356.087)	(93.232)	(95.521)
Encargos Financeiros Capitalizados	(93.442)	(59.892)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.934)	(1.511)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(247.928)	(227.341)	-	-
Atualização de Ativo Financeiro	(172.409)	(75.982)	-	-
Outros	(21)	-	-	-
Total	<u>(1.313.436)</u>	<u>(1.096.697)</u>	<u>(93.232)</u>	<u>(95.521)</u>
Total Líquido	<u>537.120</u>	<u>634.257</u>	<u>436.123</u>	<u>362.408</u>
Total do Ativo	1.261.341	1.245.726	436.123	362.408
Total do Passivo	(724.221)	(611.469)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.023.748	3.022.879	2.114.871	2.003.980
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.028.074)	(1.027.779)	(719.056)	(681.353)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	67.655	11.517	789.067	694.344
Ganho na diluição de participação em controlada em conjunto	88.392	-	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(4.284)	(5.390)	-	(510)
Incentivo Fiscal	27.241	19.523	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(697)	83	(1)	(5)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	22.343	9.659	-	-
Multas Indedutíveis	(5.618)	(3.893)	(14)	(2)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(8.115)	(8.890)	-	-
Outros	3.254	2.310	610	3.565
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(837.903)	(1.002.860)	70.606	16.039
Alíquota Efetiva	27,71%	33,18%	3,34	0,80%
Imposto Corrente	(739.433)	(1.209.356)	(3.109)	-
Imposto Diferido	(98.470)	206.496	73.715	16.039

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	166.322	97.087	157.477
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(56.549)	(33.010)	(53.542)	(7.472)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	32.211	(34.705)	62.917	13.865
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.469)	(2.806)	-	(510)
Incentivo Fiscal	22.939	9.370	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(158)	(92)	(5)	(14)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	7.250	(2.146)	-	-
Multas Indedutíveis	(1.189)	(975)	(11)	(2)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.575)	(2.829)	-	-
Outros	1.172	(838)	27	1.212
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	632	(68.031)	9.386	7.079
Alíquota Efetiva	0,38%	70,07%	5,96%	32,21%
Imposto Corrente	5.600	(129.272)	(3.109)	-
Imposto Diferido	(4.968)	61.241	12.495	7.079

Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - SUDENE

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da SUDENE pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhista	319.307	300.439	31.205	30.771
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	16.611	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	739.444	720.175	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	35.410	34.698	-	-
Outros	145.045	158.106	132.721	130.339
	936.510	927.753	132.721	130.339
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	38.057	37.276	8.934	8.730
Responsabilidade Civil	8.411	8.799	5.735	6.512
Relações de Consumo	3.944	3.580	1.468	1.450
Bloqueio Judicial	7.499	10.312	3.275	4.261
Outros	8.978	7.201	1.474	1.536
	306.334	306.613	260.331	261.934
	1.562.151	1.534.805	424.257	423.044

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 20;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 20.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O montante apropriado de janeiro a setembro de 2015 como receitas de subsídios foi de R\$586.150 (R\$431.651 no mesmo período de 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$166.571 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/09/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	6.783.191	5.943.682
Concessões de Transmissão		
Ativos de Transmissão - Indenização a Receber	1.014.150	953.601
Ativos de Transmissão - Ativos Remunerados por Tarifa	353.150	276.659
Ativos de Geração - Usinas Não Renovadas	546.410	-
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	39.878	42.726
	<u>8.736.779</u>	<u>7.216.668</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.360.159	1.106.675
Total	<u>10.096.938</u>	<u>8.323.343</u>
Ativo Circulante	736.836	848.375
Ativo Não Circulante	9.360.102	7.474.968

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Ativo Financeiro de Distribuição

Em 28 de outubro de 2015, a ANEEL emitiu o Despacho 3.592, que esclarece que mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os tramites necessários à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões, não será inferior a 24 meses. Considerando o Despacho mencionado acima, a Administração avaliou que o ativo financeiro referente às concessões de distribuição de energia, no montante de R\$6.783.191 em 30 de setembro de 2015, não será realizado nos próximos 12 meses, e, portanto, transferiu este montante para do seu Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante.

Ativos de Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à ANEEL em 31 de julho de 2014 representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 23 de fevereiro de 2015, a ANEEL enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 30 de setembro de 2015 pelo IGP-M, corresponde ao valor de R\$1.299.588, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

Ativos de Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão 007/97 para as usinas descritas na tabela abaixo. A partir do término da concessão, os ativos ainda não depreciados referentes a essas usinas deverão ser devolvidos ao Poder Concedente e indenizados à Companhia, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão em julho de 2015 e montam R\$546.410.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/2015	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/2015
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.690	413.446
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	606	4.255
		677,29	108.452	546.410

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis deverão ser entregues à ANEEL até 31 de dezembro de 2015. A Companhia está em processo de elaboração dos laudos. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que não há indicativo que os valores indenizáveis pelo Poder Concedente serão inferiores aos reconhecidos nas suas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015.

A partir do término do contrato de concessão, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, que prevê remuneração por tarifa apenas pela operação e manutenção dos ativos, de acordo com os requerimentos da Portaria MME nº 236, de 29 de maio de 2015, até a transferência dos ativos aos vencedores da licitação atualmente em andamento pelo Poder Concedente. A Companhia reconheceu R\$30.895 relativos à operação destas usinas em regime de cotas a partir de agosto de 2015.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135	5.063.802	5.842.937
Adição	48.011	584.372	632.383
Baixas	(312)	(6.305)	(6.617)
Transferências	(375)	-	(375)
Reversão de Provisão	63.315	-	63.315
Recebimentos	(3.593)	-	(3.593)
Atualização Financeira	-	(31.402)	(31.402)
Saldo em 30 de setembro de 2014	886.181	5.610.467	6.496.648
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986	5.943.682	7.216.668
Adição	88.732	-	88.732
Baixas	(7.547)	(46.992)	(54.539)
Transferências	(127)	603.838	603.711
Indenização Usinas Não Renovadas – Transferência do Imobilizado	546.410	-	546.410
Recebimentos	(7.415)	-	(7.415)
Atualização Financeira	60.549	282.663	343.212
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.953.588	6.783.191	8.736.779

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento dos contratos de concessão, em 10 de dezembro de 2014, a Cemig Distribuição passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 30/09/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	131.853	-	122.851	-	254.704
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	75.490	(657)	12.954	-	87.787
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	4.932	(4)	3.897	-	8.825
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	68	(2.305)	-	-	(2.237)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	647	(234.436)	-	(28.000)	(261.789)
Energia comprada para Revenda	1.631.765	(597.023)	826.132	(286.211)	1.574.663
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	-	(127.931)	-	(21.125)	(149.056)
Neutralidade da Parcela A	9.258	(3.493)	-	-	5.765
Outros Itens Financeiros	18.358	(1.304)	772	-	17.826
Bandeiras Tarifárias (*)	-	(176.329)	-	-	(176.329)
TOTAL	1.872.371	(1.143.482)	966.606	(335.336)	1.360.159

(*) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/09/2015	31/12/2014
Ativo	979.616	1.859.361	2.838.977	2.426.076
Passivo	(833.249)	(645.569)	(1.478.818)	(1.319.401)
	146.367	1.213.792	1.360.159	1.106.675

A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros, no período de janeiro a setembro de 2015, são conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	1.729.951
(-) Amortização	(423.517)
(-) Recebimento de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(1.193.190)
(+) Atualização Selic	56.516
(+) Variação Cambial	83.724
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.360.159

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das Informações Contábeis em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.475.765	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	39.082	34.296	-	-
Guanhães Energia	37.442	67.428	-	-
Hidrelétrica Pipoca	26.052	28.807	-	-
Retiro Baixo	147.875	149.944	-	-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	615.962	674.183	-	-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	646.777	707.910	-	-
Lightger	37.611	38.900	-	-
Baguari Energia	187.344	193.351	-	-
Renova	1.609.657	1.538.299	-	-
Aliança Geração	1.331.869	3.323	-	-
Aliança Norte	350.902	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.369	61.999	-	-
Central Eólica Volta do Rio	85.558	84.023	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	62.868	62.332	-	-
Amazônia Energia	488.744	394.238	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.750.563	2.482.227
Light	1.210.833	1.199.236	1.210.833	1.199.236
TAESA	2.196.981	2.187.623	2.196.981	2.187.623
Cemig Telecom	-	-	212.658	225.440
Gasmig	-	-	1.432.080	1.436.815
Rosal Energia	-	-	145.213	120.964
Sá Carvalho	-	-	105.252	106.601
Horizontes Energia	-	-	74.684	70.118
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.175	24.166
Cemig PCH	-	-	82.065	66.560
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	130.128
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	-	92.641	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	18.126	13.588	18.126	13.588
UTE Barreiro	-	-	30.743	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	16.724	12.725	16.724	12.725
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	18.479	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	18.428	13.827	18.428	13.827
Transchile	104.758	66.141	104.758	66.141
Efficientia	-	-	4.816	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.204	6.042
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.758	20.985	18.758	20.985
Cemig Trading	-	-	15.143	31.182
Axiom Soluções Tecnológicas	24.146	23.633	24.146	23.633
Parati	355.115	370.359	355.115	370.359
Cemig Overseas	-	-	73	366
	9.694.981	8.039.791	14.321.782	12.138.161

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros	30/09/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	1.542.587	-	(1.877.005)	-	3.480.599
Cemig Distribuição	2.492.858	6.405	-	(170.000)	-	2.329.263
Cemig Telecom	237.172	(9.224)	325	-	-	228.273
Rosal Energia	140.005	(2.936)	-	(13.705)	-	123.364
Sá Carvalho	121.816	10.611	-	(24.470)	-	107.957
Gasmig	577.239	47.159	-	(55.077)	-	569.321
Horizontes Energia	76.103	1.355	-	(7.392)	-	70.066
Usina Térmica Ipatinga	26.362	10.108	-	(8.688)	-	27.782
Cemig PCH	87.569	(4.374)	-	(8.828)	-	74.367
Cemig Capim Branco Energia	128.426	54.734	-	(31.269)	-	151.891
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	3.908	-	(17.304)	-	15.537
UTE Barreiro	34.775	(2.226)	-	(3.284)	-	29.265
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	2.273	-	(1.665)	-	14.417
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	8.442	-	(9.865)	-	9.025
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	2.018	-	(779)	-	15.501
Transchile	54.825	650	3.220	-	-	58.695
Efficientia	7.253	629	-	-	-	7.882
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.942	288	-	(189)	-	6.041
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	3.015	-	-	-	20.681
Light	1.190.464	20.419	-	(95.087)	-	1.115.796
Cemig Trading	46.886	47.625	-	(78.840)	-	15.671
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.191)	-	-	11.543	18.238
Parati	379.345	9.647	-	(31.826)	-	357.166
Taesa	2.249.382	290.267	-	(179.368)	-	2.360.281
Cemig Overseas	-	-	-	-	2.783	2.783
	11.764.443	2.042.189	3.545	(2.614.641)	14.326	11.209.862

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	30/09/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.611	1.851.443	-	-	137.711	5.475.765
Cemig Distribuição	2.482.227	65.250	-	-	203.086	2.750.563
Cemig Telecom	225.440	(12.464)	(318)	-	-	212.658
Rosal Energia	120.964	28.099	-	(3.850)	-	145.213
Sá Carvalho	106.601	9.149	-	(10.498)	-	105.252
Gasmig	1.436.815	72.989	-	(77.724)	-	1.432.080
Horizontes Energia	70.118	4.498	-	(370)	438	74.684
Usina Térmica Ipatinga	24.166	501	-	(6.492)	(14.000)	4.175
Cemig PCH	66.560	5.505	-	-	10.000	82.065
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	(142.281)	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	6.164	-	(1.626)	-	18.126
UTE Barreiro	28.822	1.920	-	1	-	30.743
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	4.515	-	(516)	-	16.724
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	12.125	-	(2.713)	-	18.479
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	5.172	-	(571)	-	18.428
Transchile	66.141	3.532	35.085	-	-	104.758
Efficientia	4.935	(118)	-	-	(1)	4.816
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	162	-	-	-	6.204
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	3.418	-	(5.645)	-	18.758
Light	1.199.236	11.596	-	-	1	1.210.833
Cemig Trading	31.182	44.628	-	(60.667)	-	15.143
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	731	-	(218)	-	24.146
Parati	370.359	303	-	(15.547)	-	355.115
Taesa	2.187.623	254.257	-	(244.899)	-	2.196.981
Cemig Overseas	366	(931)	304	-	334	73
	12.138.161	2.384.597	35.071	(431.335)	195.288	14.321.782

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2014
Gasmig	577.239	47.159	-	(55.077)	-	-	569.321
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	3.908	-	(17.304)	-	-	15.537
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	2.273	-	(1.665)	-	-	14.417
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	2.018	-	(779)	-	-	15.501
Transchile	54.825	650	3.220	-	-	-	58.695
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	3.015	-	-	-	-	20.681
Light	1.190.464	20.419	-	(95.087)	-	-	1.115.796
Axiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.191)	-	-	11.318	225	18.238
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	5.985	-	(3.140)	-	-	36.767
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.366	-	(1.107)	-	-	28.328
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	642.585	(199.496)	-	-	160.000	-	603.089
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	-	(148.819)	-	-	802.797	-	653.978
Lightger	40.076	1.046	-	(1.120)	-	-	40.002
Baguari Energia	199.411	6.473	-	(12.277)	-	10	193.617
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	1.598	-	(494)	-	-	62.305
Central Eólica Volta do Rio	77.884	3.567	-	-	-	1	81.452
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	1.125	-	-	-	1	62.074
Amazônia Energia	310.797	(3.129)	-	-	49.148	-	356.816
Ativas Data Center	4.397	(19.739)	-	-	-	15.342	-
Epícares Empreendimentos	103.271	2.731	-	(8.982)	-	-	97.020
Parati	379.345	9.647	-	(31.826)	-	-	357.166
Taesa	2.249.382	290.267	-	(179.368)	-	-	2.360.281
Renova	-	-	-	-	810.129	739.943	1.550.072
Aliança	-	-	-	-	3.323	-	3.323
Chipley	-	-	-	-	739.943	(739.943)	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	150.837	-	150.837
Cemig Overseas	-	-	-	-	2.783	-	2.783
	6.160.800	33.873	3.220	(408.226)	2.730.278	15.579	8.535.524

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	6.164	-	(1.626)	-	-	18.126
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	4.515	-	(516)	-	-	16.724
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	5.172	-	(571)	-	-	18.428
Transchile	66.141	3.532	35.085	-	-	-	104.758
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	3.418	-	(5.645)	-	-	18.758
Light	1.199.236	11.596	-	-	-	1	1.210.833
Axiom Soluções Tecnológicas	23.633	731	-	(218)	-	-	24.146
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	4.786	-	-	-	-	39.082
Guanhães Energia	67.428	(29.986)	-	-	-	-	37.442
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.718	-	(4.473)	-	-	26.052
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	(63.649)	-	-	-	-	610.534
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(55.705)	-	-	-	-	652.205
Lightger	38.900	(1.289)	-	-	-	-	37.611
Baguari Energia	193.351	5.857	-	(11.864)	-	-	187.344
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	1.304	-	-	-	66	63.369
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.535	-	-	-	-	85.558
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	536	-	-	-	-	62.868
Amazônia Energia (3)	394.238	(3.408)	-	-	97.914	-	488.744
Ativas Data Center	-	(21.414)	-	-	-	21.414	-
Epícares Empreendimentos (1)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	303	-	(15.547)	-	-	355.115
Taesa	2.187.623	254.257	-	(244.899)	-	-	2.196.981
Renova	1.538.299	71.358	-	-	-	-	1.609.657
Aliança Geração (2)	3.323	63.705	-	(45.715)	581.114	729.442	1.331.869
Aliança Norte (4)	-	(3.209)	-	-	354.112	(1)	350.902
Retiro Baixo	149.944	(3.315)	-	-	1.247	(1)	147.875
	8.039.791	259.854	35.085	(331.074)	1.034.387	656.938	9.694.981

(1) A participação na Epícares, relacionada ao investimento na usina de Capim Branco, foi incorporado na Aliança Geração. Mais detalhes nesta Nota.

(2) Mais detalhes sobre a constituição da Aliança Geração nesta Nota.

(3) Do valor total dos aportes na Amazônia Energia, R\$36.393 foram pagos em julho de 2015. Mais informações vide Notas Explicativas 25 e 29.

(4) Do valor total dos aportes na Aliança Norte, R\$22.378 foram pagos em julho de 2015. Mais informações vide Notas Explicativas 25 e 29.

Ágio na aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/09/2015			31/12/2014		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.475.765	100,00	1.700.000	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	79.759	49,00	35.000	69.991
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	76.412	49,00	137.608	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	53.167	49,00	41.360	58.789
Madeira Energia (*)	9.685.903.724	18,05	9.761.952	6.995.784	17,76	9.455.706	7.782.055
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	269.987	69,39	261.573	278.653
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	129.324	49,00	70.560	126.529
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	174.608	49,00	117.230	171.476
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	128.302	49,00	52.960	127.208
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	76.757	49,00	79.232	79.388
Amazônia Energia	595.398.523	74,5	694.098	656.032	74,50	562.670	529.178
Aliança Geração	1.271.026.380	45,00	1.291.450	2.959.709	-	-	-
Aliança Norte	20.673.567.931	49,00	620.166	716.127	-	-	-
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	233.449	296.343	49,90	217.350	300.489
Renova (*)	318.655.422	27,37	2.509.937	5.881.100	27,37	2.567.613	5.620.383
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.750.563	100,00	2.261.998	2.482.227
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.646.328	26,06	2.225.822	4.601.827
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	212.658	100,00	225.082	225.440
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	145.213	100,00	46.944	120.964
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	105.252	100,00	36.833	106.601
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.438.264	99,57	665.429	1.436.815
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	74.684	100,00	64.258	70.118
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.175	100,00	14.174	24.166
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	82.065	100,00	30.952	66.560
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	-	-	-	100,00	87.579	130.128
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25	49.569	72.504	25,00	49.569	54.352
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	30.743	100,00	30.902	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	69.683	24,00	30.000	53.021
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	18.479	100,00	486	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	75.216	24,50	22.340	56.437
Transchile	56.407.271	49,00	240.992	213.792	49,00	161.122	134.982
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	4.816	100,00	6.052	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.204	100,00	5.001	5.001
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	36.780	51,00	28.000	41.147
Cemig Trading	160.297	100,00	160	15.143	100,00	160	31.182
Axiom Soluções Tecnológicas	46.600.000	49,00	46.600	49.279	49,00	17.200	48.231
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.420.460	25,00	1.432.910	1.481.436
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.066.838	43,36	3.042.034	5.045.277
Cemig Overseas	300.000	100,00	5.934	73	100,00	1.038	(2.803)

(*) Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhães Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função de atrasos de parte das captações junto ao BNDES para a construção dos empreendimentos. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função do empréstimo ponte junto ao BNDES. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir os empréstimos pontes tomados.

Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC) da Cemig D

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar a transferência à Cemig D de R\$100.000.

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig D no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Aumento do Capital Social da Cemig GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig GT de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia, para R\$1.837.710. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2015, R\$21.961.699 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de setembro de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.964.087. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$81.346, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2015 é como segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029	-
Adições	52.317	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>81.346</u>	<u>-</u>

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$32 milhões no valor das opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A.

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas demonstrações financeiras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig GT concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes a Vale S.A., o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$309.684 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento da operação, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária.

Valor justo da participação adquirida na Aliança Norte Energia Participações S/A, é como segue:

	Valores justos das participações adquiridas (49,00%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimentos	249.935
Ativo intangível	90.861
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(220)
Impostos diferidos	(30.893)
Total dos ativos líquidos	309.684

Investimento no Consórcio UHE Itaocara

O Consórcio UHE Itaocara, constituído por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. e por Itaocara Energia Ltda., subsidiária integral da Light S.A., com participações de 49% e 51%, respectivamente, participou do 21º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“Leilão A-5”) para contratação de energia elétrica de novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica e termelétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e prazo de concessão de 30 anos, sagrando-se vencedor, em 30 de abril de 2015, da concessão da UHE Itaocara I.

Investimento na Guanhães Energia S.A.

A Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”), controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de potência instalada.

Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi comercializada pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50 MWh, a partir de janeiro de 2018. A primeira unidade geradora tem previsão de entrar em operação em março de 2016, enquanto a previsão da última é dezembro de 2016.

Investimento na Parati Participações em Ativos de Energia S.A (“Parati”)

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$345.738 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2015 é como segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	165.801	-
Adições	179.937	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	345.738	-

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$76 milhões no valor das opções.

Em 02 de setembro de 2015 a Companhia recebeu do FIP Redentor a notificação de que será exercida a Opção de Venda das ações da Parati S.A. na data de 30/05/2016.

Constituição da Aliança Geração de Energia

A Aliança Geração de Energia S.A. foi criada pela formalização de associação entre Cemig GT e Vale S.A. como uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	599.477
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	449.752
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	581.114

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (“Vale”) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

A Cemig Capim Branco foi extinta nesta data, em decorrência da incorporação de seus saldos remanescentes de ativos e passivos pela Cemig GT.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas Informações Contábeis Intermediárias o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos próprios da Companhia que foram aportados na Aliança.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Lucros não realizados na parcela remanescente dos ativos contribuídos	(578.615)	-	-
Participação da Cemig na Aliança	1.310.556	-	-
Valor contábil dos ativos contribuídos (Nota 13)	(581.114)	-	-
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	729.442	-	-
Efeitos fiscais	(161.348)	-	-
Efeito líquido no resultado do exercício	568.094	-	-

Venda de Ativos da Renova

No dia 15 de julho de 2015, a Renova Energia (“Renova”) concluiu o acordo para contribuição de ativos para a TerraForm Global. A operação tem por objetivo aumentar a competitividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento da Companhia. Com essa transação, a Renova terá ainda novas opções de financiamento baseadas nos contratos de permuta do Backlog e nas ações da Terraform Global recebidas como pagamento, fortalecendo a estrutura de capital para o desenvolvimento dos projetos. A operação foi dividida em duas fases conforme a seguir explicado:

Primeira Fase - Ativos Operacionais

Anunciada em 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no leilão de energia de reserva dedicado à fonte eólica LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

Os valores acima estão sujeitos aos ajustes contemplados nos respectivos contratos.

Em 19 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação com a venda dos ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador. Os ativos dos projetos foram alienados pelo montante de R\$451 milhões e R\$1.026 milhões respectivamente. O resultado dessa transação gerou um ganho de R\$112 milhões para a Companhia, como resultado de equivalência patrimonial.

Segunda Fase – Projetos do Backlog e Opção de Compra Ativos Futuros

Anunciada em 15 de julho de 2015, compreende outros ativos que possuem contratos de venda de energia de longo prazo, operacionais e não-operacionais (“Backlog”) e projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Renova que vierem a vender energia em contratos de longo prazo (“Pipeline”), e contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos de cada projeto do Backlog, conforme listados abaixo, pelo valor total da empresa (*enterprise value*, que considera as dívidas no valor do ativo) de R\$ 13,4 bilhões. Os valores serão ajustados na data da permuta conforme as disposições contratuais aplicáveis. Os ativos, com 2.204,2 MW de capacidade instalada, serão permutados após suas respectivas entradas em operação comercial e conforme cronograma abaixo negociado pelas partes, e a Renova receberá o valor correspondente em ações da TerraForm Global com base na média das cotações dos últimos 30 pregões anteriores ao fechamento.

Ativo	Capacidade instalada (MW)	Ano de Permuta
Light I	200,70	2017
Light II	202,80	2017
LEN A-5 2012	18,90	2017
LER 2010	167,70	2018
LEN A-3 2011	218,40	2018
LER 2014 - eólico	43,50	2018
LER 2014 - solar (1)	53,50	2018
LER 2013	159,00	2019
PPA Cemig (2)	676,20	2019
LEN A-5 2013	355,50	2020
LEN A-5 2014	108,00	2020

(1) Considera 50% do PPA, em função da Joint Venture com a SunEdison

(2) Considera 100% do PPA Cemig, uma vez que a Cemig não exerceu seu direito para aquisição de 50% do ativo

(ii) Contrato de opção por meio do qual a TerraForm Global terá, até 31 de dezembro de 2016, uma opção de compra e preferência na aquisição dos projetos de energia renovável em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Companhia que vierem a vender energia em contratos de longo prazo. A quantidade de ações da TerraForm Global a ser recebida pela Renova será determinada com base num múltiplo do caixa disponível para distribuição do respectivo projeto nos anos seguintes à transferência, conforme metodologia acordada entre as partes. Após esse prazo, as partes irão negociar nova mecânica da opção de compra e preferência na aquisição dos projetos, visando refletir as condições de mercado e a competitividade da Renova.

Também foi acordado que, observadas determinadas condições do contrato, a Renova terá direito de indicar um membro do conselho de administração da TerraForm Global.

Condições Precedentes para o Fechamento da Operação

A consumação das duas fases da Operação descritas acima, está sujeita a uma série de condições suspensivas, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, com conclusão prevista para agosto de 2015, e a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo ANEEL e Eletrobrás.

Contrato de Serviço de Distribuição de Gás Natural entre Gasmig e Petrobras

A Gasmig e a Petrobras celebraram um Contrato de Serviço de Distribuição de Gás Natural, em 10 de outubro de 2014, que implica na construção de um gasoduto pela Gasmig para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados José Alencar (“UFN-V”) da Petrobras, no município de Uberaba/MG, com previsão de início de fornecimento em 01 de novembro de 2016. Em função da suspensão do projeto de implantação da UFN-V divulgada pela Petrobras, as partes estão mantendo entendimentos no sentido de dar uma solução para o contrato. Caso a solução não se dê de forma amigável, o contrato prevê uma indenização a ser paga pela parte que der causa, no valor de R\$862.864 mil. Em caso de uma eventual disputa judicial motivada por falta de acordo entre as partes, a Companhia entende ter argumentos de mérito na defesa dos seus direitos, uma vez que ambas as partes mantém as obrigações como executórias, e classifica a possibilidade de perda como possível. Portanto, não constituiu provisão ou garantia relacionada a essa questão.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	286.633	(7.274)	279.359	382.377	(9.375)	373.002
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.866.760	(3.010.367)	1.856.393	7.465.953	(5.205.671)	2.260.282
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.576.600	(1.131.324)	445.276	2.137.972	(1.528.400)	609.572
Máquinas e Equipamentos	3.800.501	(2.635.961)	1.164.540	7.642.968	(5.589.719)	2.053.249
Veículos	28.517	(21.770)	6.747	28.919	(19.675)	9.244
Móveis e Utensílios	15.688	(11.918)	3.770	16.738	(12.531)	4.207
	<u>10.574.699</u>	<u>(6.818.614)</u>	<u>3.756.085</u>	<u>17.674.927</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.309.556</u>
Em Curso	193.770	-	193.770	234.064	-	234.064
Imobilizado Líquido	<u>10.768.469</u>	<u>(6.818.614)</u>	<u>3.949.855</u>	<u>17.908.991</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.543.620</u>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização de Usinas não Renovadas	Depreciação	Transferência para Outros Ativos de Longo Prazo	Transferências / Capitalizações	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço									
Terrenos	373.002	-	(21.127)	(40.796)	(16.277)	(2.636)	(16.575)	3.768	279.359
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(43.915)	(100.475)	(101.988)	5.612	1.856.393
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	609.572	-	(670)	(115.659)	(16.633)	(19.497)	(12.953)	1.116	445.276
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(830)	(308.207)	(465.841)	(113.679)	(69.054)	68.902	1.164.540
Veículos	9.244	-	-	(335)	-	(2.162)	-	-	6.747
Móveis e Utensílios	4.207	-	(2)	(199)	-	(248)	-	12	3.770
	<u>5.309.556</u>	<u>-</u>	<u>(22.629)</u>	<u>(628.319)</u>	<u>(542.666)</u>	<u>(238.697)</u>	<u>(200.570)</u>	<u>79.410</u>	<u>3.756.085</u>
Em Curso	234.064	59.711	(3.764)	(3.077)	(3.701)	-	(19.299)	(70.164)	193.770
Imobilizado Líquido	<u>5.543.620</u>	<u>59.711</u>	<u>(26.393)</u>	<u>(631.396)</u>	<u>(546.367)</u>	<u>(238.697)</u>	<u>(219.869)</u>	<u>9.246</u>	<u>3.949.855</u>

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço					
Terrenos	377.859	-	-	(3.686)	374.173
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	(57)	-	(98.111)	2.296.574
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	711.906	(73.321)	-	(20.993)	617.592
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	116.394	(1.556)	(125.494)	2.068.843
Veículos	11.959	2	(26)	(2.022)	9.913
Móveis e Utensílios	1.940	106	(2)	(194)	1.850
	<u>5.577.905</u>	<u>43.124</u>	<u>(1.584)</u>	<u>(250.500)</u>	<u>5.368.945</u>
Em Curso	239.550	50.026	(18.248)	-	271.328
Imobilizado Líquido	<u>5.817.455</u>	<u>93.150</u>	<u>(19.832)</u>	<u>(250.500)</u>	<u>5.640.273</u>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 11.

Consórcios

A Companhia participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica para a usina de Queimado, para a qual não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/09/2015	31/12/2014
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	-	-	38.917
Usina Igarapava	14,5	-	-	58.638
Usina de Funil	49	-	-	183.446
Usina de Queimado	82,5	4	212.544	212.531
Usina de Aimorés	49	-	-	548.781
Depreciação acumulada	-	-	(70.006)	(295.704)
Total em operação			142.538	746.609
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	2.745	1.645
Usina de Funil	49	-	-	-
Usina de Aimorés	49	-	-	-
Usina Igarapava	14,5	-	-	25
Usina Porto Estrela	33,33	-	-	2.274
Total em construção			2.745	3.944

A participação do outro acionista, Companhia Energética de Brasília, na usina de Queimado é de 17,50%.

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, por meio de Despacho, em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kunina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído a o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2. Até a data da publicação destas Informações Contábeis Intermediárias, esse acórdão ainda não havia sido publicado, sendo certo que a Companhia não foi intimada dessa decisão.

Em 22 de julho de 2015 a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, perante a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de imprimir efeito suspensivo a embargos declaratórios e recurso ordinário que serão interpostos em face do acórdão a ser publicado pela 1ª Seção do STJ. No dia 8 de setembro de 2015 foi publicada decisão que indeferiu o pedido liminar realizado pela Companhia nos autos da Medida Cautelar.

A Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão. O processo encontra-se concluso para o Ministro Dias Toffoli que, por meio de Despacho, solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da ação cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 4 de novembro de 2015.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig GT não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do MS nº 20.432/DF pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.465/DF, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da UHE São Simão, sob as bases iniciais do Contrato nº 007/1997.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT (Ofício nº 238/2015-SPE-MME) para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, até que seja julgado definitivamente este mandado de segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi recebido Ofício nº 285/2015-SPE-MME, por meio do qual foi informado que o Ministério das Minas e Energia tomará as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da usina de São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em “permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão”, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da UHE São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança (MS 22.032/DF) em face do Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da usina de São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança 21.465/DF seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da usina de São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Consolidado	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.450	(1.016)	10.434	13.819	(1.957)	11.862
Concessão Onerosa	19.169	(9.724)	9.445	39.868	(16.125)	23.743
Ativos de Concessão	8.569.125	(6.662.637)	1.906.488	8.707.590	(6.484.556)	2.223.034
Outros	59.205	(49.770)	9.435	66.144	(48.799)	17.345
	<u>8.658.949</u>	<u>(6.723.147)</u>	<u>1.935.802</u>	<u>8.827.421</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>2.275.984</u>
Em Curso	1.148.909	-	1.148.909	1.103.312	-	1.103.312
Intangível Líquido	<u>9.807.858</u>	<u>(6.723.147)</u>	<u>3.084.711</u>	<u>9.930.733</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>3.379.296</u>

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	11.862	-	(1.202)	(43)	-	(205)	22	10.434
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	-	(1.781)	-	9.445
Ativos de Concessão	2.223.034	-	-	-	(981)	(384.101)	68.536	1.906.488
Outros	17.345	59	-	-	-	(4.047)	(3.922)	9.435
	<u>2.275.984</u>	<u>59</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(43)</u>	<u>(981)</u>	<u>(390.134)</u>	<u>64.636</u>	<u>1.935.802</u>
Em Curso	<u>1.103.312</u>	<u>727.794</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.604)</u>	<u>-</u>	<u>(677.593)</u>	<u>1.148.909</u>
Intangível Líquido - Consolidado	<u>3.379.296</u>	<u>727.853</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(43)</u>	<u>(5.585)</u>	<u>(390.134)</u>	<u>(612.957)</u>	<u>3.084.711</u>

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	12.439	-	-	(479)	62	12.022
Concessão Onerosa	27.428	-	-	(2.765)	-	24.663
Ativos de Concessão	866.042	(223.188)	(1.366)	(326.957)	284.562	599.093
Outros	23.736	-	-	(3.904)	(2.104)	17.728
	<u>929.645</u>	<u>(223.188)</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(334.105)</u>	<u>282.520</u>	<u>653.506</u>
Em Curso	<u>1.074.345</u>	<u>772.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(871.120)</u>	<u>975.550</u>
Intangível Líquido - Consolidado	<u>2.003.990</u>	<u>549.137</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(334.105)</u>	<u>(588.600)</u>	<u>1.629.056</u>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$ 727.853 está contemplado R\$105.253 a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 17.

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A taxa de amortização média anual é 3,48% considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	357.920	329.535
Encargos de uso da rede elétrica	79.273	87.702
Energia elétrica comprada para revenda	628.099	595.546
Itaipu binacional	335.950	148.864
Gás comprado para revenda	72.011	151.394
Materiais e serviços	214.454	290.675
	1.687.707	1.603.716

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 4 de agosto de 2015, a Cemig D obteve decisão judicial favorável na ação judicial movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – (“ABRADEE”), em face da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), determinando à CCEE que, até decisão final, abstenha-se de imputar às afiliadas da ABRADEE o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos do *Generation Scaling Factor* (GSF - Fator de Ajuste de Garantia Física) sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente.

Em decorrência da obtenção da referida liminar, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não registrou nas faturas despesas adicionais relativas aos efeitos de GSF sobre geradores hidrelétricos. Desta forma, os efeitos reconhecidos no resultado da Companhia são aqueles apresentados nas faturas emitidas pela CCEE.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS	483.711	365.187	18.091	18.091
COFINS	112.986	96.186	5.477	30.856
PASEP	24.150	21.231	1.183	6.699
INSS	18.561	21.158	1.688	1.651
Outros	33.123	50.946	697	678
	672.531	554.708	27.136	57.975
Não Circulante				
COFINS	591.957	594.093	-	-
PASEP	128.516	128.980	-	-
Outros	21	103	-	-
	720.494	723.176	-	-
	1.393.025	1.277.884	27.136	57.975

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	27.145	38.981
Contribuição Social	2.302	3.575
	29.447	42.556

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				30/09/2015			31/12/2014
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.449	34.726	38.175	24.555
KFW	2016	4,50	EURO	2.974	1.463	4.437	4.257
KFW	2024	1,78	EURO	1.587	12.943	14.530	10.525
Dívida em Moeda Estrangeira				8.010	49.132	57.142	39.337
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	72.539	66.169	138.708	212.230
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	54.730	49.231	103.961	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	27.842	490.160	518.002	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	173.394	294.900	468.294	450.569
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R\$	594.000	360.000	954.000	918.830
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	106,90% do CDI	R\$	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	776.472	-	776.472	706.062
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106,85% do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984
Nota Promissória - 7ª Emissão (3)	2015	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
Nota Promissória - 8ª Emissão (3)	2016	111,70% do CDI	R\$	1.816.432	-	1.816.432	-
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.917	75.125	83.042	88.668
BNDES	2026	TJLP + 2,48%	R\$	2.291	9.567	11.858	13.504
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	67.542	133.333	200.875	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6 a 8,00%	R\$	52.150	145.851	198.001	252.189
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	5.701	1.862	7.563	7.095
FINEP	2018	TJLP + 5,00% e TJLP + 2,50%	R\$	3.169	6.277	9.446	12.095
Consórcio Pipoca	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
BNDES – Cemig Telecom (4)	2018	TJLP + 3,32%/ TJLP + 2,62%/ TJLP + 1,72%	R\$	7.919	10.467	18.386	24.294
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	22.164	-	22.164	19.824
Dívida em Moeda Nacional				3.684.447	1.642.942	5.327.389	5.944.033
Total de Empréstimos e Financiamento				3.692.457	1.692.074	5.384.531	5.983.370
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	253.798	427.962	681.760	597.845
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90%	R\$	41.220	479.982	521.202	528.865
Debêntures - 2ª Série - 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68%	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	32.073	851.641	883.714	833.042
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	9.264	254.241	263.505	248.272
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	37.557	1.310.805	1.348.362	1.266.168
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	24.365	781.961	806.326	757.938
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	34.855	410.582	445.437	451.904
Debêntures - 2ª Série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI + 0,85%	R\$	52.479	500.000	552.479	501.172
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,70%	R\$	159.991	1.400.000	1.559.991	1.406.336
Debêntures - 1ª Série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,60%	R\$	29.381	969.558	998.939	-
Debêntures - 2ª Série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	431	27.397	27.828	-
Debêntures (5)	2016	TJLP + 3,12%	R\$	49.190	4.102	53.292	89.771
Debêntures (5)	2015	CDI + 0,62%	R\$	100.551	-	100.551	100.028
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74%	R\$	33.389	66.667	100.056	99.663
Debêntures (5)	2022	TJLP + 8,82% (55%) e Selic + 1,82% (45%)	R\$	11.009	113.350	124.359	90.206
Total de Debêntures				869.553	7.598.248	8.467.801	7.525.368
Total Geral Consolidado				4.562.010	9.290.322	13.852.332	13.508.738

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$180.743, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$142.568. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2015, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	11.384.637
Recebíveis	1.759.217
Sem Garantia	708.478
TOTAL	13.852.332

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.448	-	-	-	-	-	-	34.727	38.175
Euro	2.339	4.448	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523	4.565	18.967
Total por Moedas	5.787	4.448	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523	39.292	57.142
Indexadores									
IPCA (1)	296.105	276.280	212.786	126.862	573.905	728.471	726.019	1.071.252	4.011.680
UFIR/RGR (2)	13.397	49.697	40.202	35.362	23.562	20.465	5.685	9.631	198.001
CDI (3)	1.213.210	3.874.316	2.058.378	1.801.824	163.926	165.909	-	-	9.277.563
URTJ/TJLP (4)	18.574	75.742	34.886	32.071	29.054	29.068	26.806	54.182	300.383
IGP-DI (6)	2.721	753	759	759	391	-	-	-	5.383
TR (7)	1.690	-	391	99	-	-	-	-	2.180
Total por Indexadores	1.545.697	4.276.788	2.347.402	1.996.977	790.838	943.913	758.510	1.135.065	13.795.190
Total Geral	1.551.484	4.281.236	2.348.925	1.998.500	792.361	945.436	760.033	1.174.357	13.852.332

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2015 (%)	30/09/2014 (%)	Indexador	30/09/2015 (%)	30/09/2014 (%)
Dólar Norte-Americano	49,57	4,63	IPCA	7,64	4,61
Euro	37,43	(4,06)	FINEL	1,24	0,35
			CDI	9,55	7,83

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.457.364
Empréstimos obtidos líquidos dos custos de captação	3.128.769
Variação monetária e cambial	185.862
Encargos financeiros provisionados	679.433
Encargos financeiros pagos	(557.690)
Amortização de empréstimos	(1.088.015)
Saldo em 30 de setembro de 2014	11.805.723
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Empréstimos obtidos líquidos dos custos de captação	4.091.692
Variação monetária e cambial	300.011
Encargos financeiros provisionados	1.107.188
Encargos financeiros pagos	(850.969)
Amortização de empréstimos	(4.304.328)
Saldo em 30 de setembro de 2015	13.852.332

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2015	30/09/2014
Encargos de Empréstimos	1.107.188	679.433
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(105.253)	(49.468)
Efeito Líquido no Resultado	1.001.935	629.965

(1) Taxa média de capitalização: 11,14% no período de janeiro a setembro de 2015.

O valor do encargo capitalizado no montante de R\$105.253 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representar saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 11,14% no período.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado (*)
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal (D)	2018	119,00% do CDI	200.000
Banco do Brasil (D)	2020	111,00% do CDI	486.618
Banco do Brasil (D)	2017	114,00% do CDI	97.696
Nota Promissória 8ª emissão (D)	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (GT)	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures 6ª emissão 1ª série (GT)	2018	CDI + 1,60%	967.400
Debêntures 6ª emissão 2ª série (GT)	2020	IPCA + 8,07%	27.100
Debêntures Privada BNDES (GASMIG)	2022	TJLP + 2,82% e SELIC + 1,82%	34.472
Total de Captações			4.091.692

(*) Valor líquido do custo de captação.

Em 1º de abril de 2015, a Cemig D concluiu a 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, totalizando R\$1.700.000. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 111,70% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2015, a Cemig GT concluiu a sua 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de distribuição, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, totalizando R\$ 1.000.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas e/ou à recomposição de caixa em função de pagamento de dívidas.

As debêntures da 1ª série têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2018, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,60% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal em 2 parcelas consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2017 e a segunda devida em 10 de julho de 2018.

As debêntures da 2ª série têm prazo de cinco anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2020, correção monetária pelo IPCA e pagam juros remuneratórios correspondentes a 8,07% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal, bem como da atualização monetária, em 2 parcelas consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2019 e a segunda devida em 10 de julho de 2020.

A 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais	Vencimento	30/09/2015	31/12/2014
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,68%	2015	-	554.158
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90%	2017	521.202	528.865
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20%	2022	883.714	833.042
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00%	2019	263.505	248.272
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85%	2016	552.479	501.172
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI + 1,70%	2018	1.559.991	1.406.336
CEMIG GT 6ª Emissão 1ª série	Quirografária	CDI + 1,60%	2018	998.939	-
CEMIG GT 6ª Emissão 2ª série	Quirografária	IPCA + 8,07%	2020	27.828	-
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69%	2018	445.437	451.904
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70%	2021	1.348.362	1.266.168
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10%	2025	806.326	757.938
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96%	2017	681.760	597.845
GASMIG	Quirografária	TJLP + 3,12%	2016	53.292	89.771
GASMIG	Quirografária	CDI + 0,62%	2015	100.551	100.028
GASMIG	Quirografária	CDI + 0,74%	2018	100.056	99.663
GASMIG	Quirografária	TJLP + 7,82% (75%) e Selic + 1,82% (25%)	2022	124.359	90.206
TOTAL				8.467.801	7.525.368

Para as Debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro da Cemig, auditadas por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM) conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

- (2) Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão - RGR	39.100	47.628
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	291.863	20.660
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.968	3.155
Eficiência Energética	198.037	138.449
Pesquisa e Desenvolvimento	143.950	98.789
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.189	4.250
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.100	8.229
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.089	4.118
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	20.589	-
	742.089	357.495
Passivo Circulante	535.963	105.558
Passivo Não Circulante	206.126	251.937

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	39.741	48.535	1.402	35.639	125.317
Despesa Reconhecida no Resultado	3.700	4.779	142	3.380	12.001
Contribuições Pagas	(3.929)	(3.012)	(90)	(397)	(7.428)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	39.512	50.302	1.454	38.622	129.890
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa reconhecida no resultado	4.799	5.882	187	3.520	14.388
Contribuições Pagas	(4.256)	(3.098)	(92)	(573)	(8.019)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	39.878	65.969	2.081	41.524	149.452
				30/09/2015	31/12/2014
Passivo Circulante				8.988	8.932
Passivo Não Circulante				140.464	134.151

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	807.739	1.011.719	28.677	600.593	2.448.728
Despesa Reconhecida no Resultado	75.193	98.623	2.801	57.513	234.130
Contribuições Pagas	(79.909)	(50.656)	(1.558)	(9.000)	(141.123)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	803.023	1.059.686	29.920	649.106	2.541.735
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa reconhecida no resultado	97.533	106.518	3.053	63.256	270.360
Contribuições Pagas	(86.493)	(53.091)	(1.578)	(8.975)	(150.137)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	810.527	1.173.612	33.421	734.315	2.751.875
				30/09/2015	31/12/2014
Passivo Circulante				162.835	153.426
Passivo Não Circulante				2.589.040	2.478.226

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	146.229	63.607	(11.612)	(21.392)	176.832
Cíveis					
Relações de Consumo	29.102	7.273	(9.568)	(7.106)	19.701
Outras ações cíveis	23.097	6.983	(6.205)	(3.941)	19.934
	52.199	14.256	(15.773)	(11.047)	39.635
Tributárias	26.027	23.411	(7.827)	(15.538)	26.073
Ambientais	1.179	34	(833)	-	380
Regulatórias	50.228	5.663	(22.506)	(149)	33.236
Outras	30.523	3.692	(2.151)	(525)	31.539
Total	306.385	110.663	(60.702)	(48.651)	307.695

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	322.525	70.683	-	(21.470)	371.738
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	9.826	(3.378)	(9.270)	16.393
Outras ações cíveis	24.272	10.991	(78)	(5.955)	29.230
	43.487	20.817	(3.456)	(15.225)	45.623
Tributárias	73.059	4.863	(9.683)	(574)	67.665
Ambientais	1.215	49	(1.207)	-	57
Regulatórias	35.385	10.896	(2.085)	(259)	43.937
Societárias	239.445	21.669	-	-	261.114
Outras	39.859	1.552	(10.291)	(1.048)	30.072
Total	754.975	130.529	(26.722)	(38.576)	820.206

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	25.973	18.621	(7.538)	(10.020)	27.036
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	444	(3.418)	(340)	3.365
Outras ações cíveis	6.266	563	(6.205)	(562)	62
	12.945	1.007	(9.623)	(902)	3.427
Tributárias	7.356	2.425	(971)	(1.854)	6.956
Ambientais	276	28	-	-	304
Regulatórias	20.394	5.036	(2.952)	(6)	22.472
Outras	770	285	-	-	1.055
Total	67.714	27.402	(21.084)	(12.782)	61.250

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	31.688	10.821	-	(4.335)	38.174
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	16	-	(425)	2.841
Outras ações cíveis	171	1.572	(413)	(330)	1.000
	3.421	1.588	(413)	(755)	3.841
Tributárias	9.828	2.350	(2.650)	(643)	8.885
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	-	(679)	-	22.386
Societárias	239.445	21.669	-	-	261.114
Outras	1.007	94	(859)	(86)	156
Total	308.767	36.522	(4.914)	(5.819)	334.556

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$968.726 (R\$793.611 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$371.838 foram provisionados (R\$322.525 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$139.279 (R\$127.411 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$30.080 (R\$30.241 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$16.393 (R\$19.215 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$170.025 (R\$174.621 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$29.230 (R\$24.272 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$257.115 (R\$266.157 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$67.665 foram provisionados (R\$73.059 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$19.813 (R\$20.416 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$57 foram provisionados (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$175.814 (R\$154.312 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$43.937 (R\$35.385 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa SELIC seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor, aproximado, é de R\$261.114 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$22.202 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$119.047 (R\$99.474 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$7.870 foram provisionados (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$257.287 (R\$239.230 em 31 de dezembro de 2014), e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.323.958 (R\$1.220.930 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$669.223 (R\$654.926 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$468.810 (R\$432.260 em 31 de dezembro de 2014), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos pagos em razão de ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, de 100,00% das participações detidas pela Enlighted na Luce LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$192.234 (R\$169.620 em 31 de dezembro de 2014), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$227.226 (203.010 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e portanto não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.644.187 (R\$1.457.337 em 31 de dezembro de 2014), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$222.399 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$148.075 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$64.287 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$215.019 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$265.660 (R\$233.812 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$298.701 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos, assim, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$94.172 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$36.223 (R\$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$354.905 (R\$327.530 em 31 de dezembro de 2014) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$197.350 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$31.186 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 30 de setembro de 2015, é de R\$43.378 (R\$39.325 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$114.138, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, em cada período, é como segue:

Quantidade de ações	30/09/2015	30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Resultado do Período	2.185.845	2.020.019	166.954	29.056
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	1,74	1,60	0,13	0,02

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Constituição de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária deliberou, após a avaliação da manifestação do Conselho de Administração e do parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, pela manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, do valor de R\$797.316, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

A Administração arquivou na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no dia 5 de maio de 2015, Aviso aos Acionistas, no qual explicou os motivos pelos quais sugeriu à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento dos dividendos previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Isto ocorre em função, principalmente, do baixo nível dos reservatórios de energia elétrica e de um menor crescimento da atividade econômica para 2015, que aliado aos expressivos reajustes tarifários, poderia elevar os níveis de inadimplência da Companhia. Esses fatores, de forma isolada ou combinada, poderiam impactar o caixa da Companhia em função do aumento das despesas ou redução de receitas. As situações apresentadas poderiam, também, comprometer a liquidez, aumentar o custo de captação de recursos e o nível de endividamento. Dessa forma, a Administração comunicou na sua proposta entender ser mais prudente, no momento da Assembleia Geral Ordinária, a não destinação de parcela do dividendo obrigatório previsto para pagamento no exercício de 2015, até que possa ser feita uma melhor análise do cenário macroeconômico e para o setor elétrico e os seus impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(14.223)	(14.223)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	727.750	779.739
Ajustes de Conversão de Balanço	62.096	26.706
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(324.300)	(324.300)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	91	410
	465.637	482.555
Ajustes de Avaliação Patrimonial	451.414	468.332

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	16.598.556	12.636.425
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.177.227	629.957
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.306.434	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	185.512	162.086
Receita de Indenização da Transmissão	60.549	63.315
Receita de Construção de Transmissão (d)	88.732	48.011
Receita de Construção de Distribuição (d)	690.632	546.100
Transações com energia na CCEE (e)	1.885.881	2.278.073
Fornecimento de Gás (*)	1.265.907	-
Outras Receitas Operacionais (f)	1.073.712	957.299
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(8.307.507)	(4.112.683)
Receita Operacional Líquida	16.025.635	13.208.583

	Consolidado	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.640.810	4.343.237
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	446.345	215.936
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	543.937	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	59.009	66.301
Receita de Indenização da Transmissão	5.677	-
Receita de Construção de Transmissão (d)	32.474	10.919
Receita de Construção de Distribuição (d)	247.227	221.951
Transações com energia na CCEE (e)	173.791	10.789
Fornecimento de Gás (*)	415.187	-
Outras Receitas Operacionais (f)	382.704	306.956
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(3.163.285)	(1.378.942)
Receita Operacional Líquida	4.783.876	3.797.147

(*) Receita decorrente da Gasmig que passou a ser consolidada a partir de outubro de 2014.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Residencial	7.313.315	7.457.446	5.303.127	3.804.315
Industrial	17.284.021	19.324.882	4.281.108	3.766.605
Comércio, Serviços e Outros	4.742.906	4.717.548	2.871.378	2.020.357
Rural	2.472.446	2.536.460	1.007.542	668.069
Poder Público	650.969	653.516	391.071	274.954
Iluminação Pública	994.543	966.373	389.217	261.787
Serviço Público	897.900	956.732	394.377	272.702
Subtotal	34.356.100	36.612.957	14.637.820	11.068.789
Consumo Próprio	27.722	27.666	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	216.869	129.932
	34.383.822	36.640.623	14.854.689	11.198.721
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	8.951.487	10.139.031	1.919.455	1.467.534
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(175.588)	(29.830)
Total	43.335.309	46.779.654	16.598.556	12.636.425

	MWh (1)		R\$	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado
Residencial	2.363.902	2.430.126	1.906.812	1.296.048
Industrial	5.695.265	6.689.014	1.508.064	1.296.417
Comércio, Serviços e Outros	1.482.339	1.478.982	1.004.288	671.435
Rural	928.036	947.761	410.839	254.873
Poder Público	209.647	208.582	142.009	93.735
Iluminação Pública	333.947	323.305	149.245	93.597
Serviço Público	301.214	348.829	148.111	101.257
Subtotal	11.314.350	12.426.599	5.269.368	3.807.362
Consumo Próprio	8.808	8.611	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	15.602	17.387
	11.323.158	12.435.210	5.284.970	3.824.749
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.032.579	3.031.021	444.084	478.858
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(88.244)	39.630
Total	13.355.737	15.466.231	5.640.810	4.343.237

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 11.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

A Cemig GT obteve liminar para impedir o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em razão dos atuais baixos valores do GSF (Generation Scaling Factor). Mais detalhes podem ser verificados na nota explicativa nº 6.

f) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Serviço Taxado	11.604	6.978
Serviço de Telecomunicações	100.503	98.263
Prestações de Serviços	92.009	86.911
Subvenções (*)	732.422	586.677
Aluguel e Arrendamento	69.587	59.891
Outras	67.587	118.579
	1.073.712	957.299

	Consolidado	
	01/07/2015	01/07/2014
	a	a
	30/09/2015	30/09/2014
Serviço Taxado	2.803	2.649
Serviço de Telecomunicações	34.235	31.918
Prestações de Serviços	32.315	28.916
Subvenções (*)	273.263	201.409
Aluguel e Arrendamento	23.074	20.442
Outras	17.014	21.622
	382.704	306.956

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
		Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.282.747	2.307.203
COFINS	1.626.493	1.112.264
PIS-PASEP	352.969	241.444
Outros	4.400	4.208
	5.266.609	3.665.119
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	13.673	32.055
Programa de Eficiência Energética – PEE	42.558	32.657
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.016.018	154.034
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	39.535	36.079
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	39.527	35.944
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	19.768	18.027
Encargos do Consumidor - PROINFA	18.864	22.587
Adicional 0,30% Lei 12.111/09 (Recuperação de despesas)	-	(5.655)
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	28.371	26.976
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	74.718	94.860
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	747.866	-
	3.040.898	447.564
	8.307.507	4.112.683

	Consolidado	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.178.286	793.420
COFINS	578.645	360.513
PIS-PASEP	125.499	78.267
Outros	1.445	1.462
	1.883.875	1.233.662
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (Recuperação de Despesas)	(3.437)	10.326
Programa de Eficiência Energética – PEE	14.265	11.401
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	859.323	57.482
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	10.597	9.462
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	10.645	9.463
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	5.243	4.732
Encargos do Consumidor - PROINFA	6.165	7.672
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	8.735	9.506
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	19.901	25.236
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	347.973	-
	1.279.410	145.280
	3.163.285	1.378.942

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal (a)	987.204	898.898	28.553	27.860
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	207.374	193.284	9.796	12.372
Obrigações Pós-Emprego	172.827	158.937	9.589	8.301
Materiais	52.887	49.396	192	88
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	81.503	203.342	-	-
Serviços de Terceiros (b)	617.779	613.862	6.517	12.255
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	7.268.235	5.281.905	-	-
Depreciação e Amortização	628.831	587.488	724	383
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	424.429	147.623	189.876	6.318
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	767.615	536.171	-	-
Gás Comprado para Revenda (*)	789.616	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	779.364	594.111	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	407.735	382.582	13.420	18.493
	13.185.399	9.647.599	258.667	86.070

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Pessoal (a)	318.057	299.013	7.151	8.073
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	62.158	56.875	5.408	4.616
Obrigações Pós-Emprego	57.609	52.979	3.196	2.767
Materiais	21.560	17.771	47	30
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia (recuperação de despesas)	6.532	77.709	-	-
Serviços de Terceiros (b)	204.826	221.074	2.321	3.883
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.534.554	1.783.923	-	-
Depreciação e Amortização	200.123	202.964	483	129
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	151.424	100.800	52.851	11.534
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	274.972	201.945	-	-
Gás Comprado para Revenda (*)	265.694	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	279.701	232.870	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	118.547	140.534	3.880	6.716
	4.495.757	3.388.457	75.337	37.748

(*) Custo decorrente da Gasmig que passou a ser consolidada a partir de outubro de 2014.

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Remunerações e Encargos	868.308	792.609	26.401	31.135
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	57.862	53.993	3.291	3.390
Benefícios Assistenciais	103.634	99.111	2.083	2.277
	1.029.804	945.713	31.775	36.802
Provisão Prêmio Aposentadoria (Recuperação de Despesas)	2.052	(68)	4	20
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(44.652)	(46.747)	(3.226)	(8.962)
	(42.600)	(46.815)	(3.222)	(8.942)
	987.204	898.898	28.553	27.860

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Remunerações e Encargos	278.364	261.833	4.375	7.932
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	18.823	16.939	1.143	1.038
Benefícios Assistenciais	34.882	32.951	732	659
	332.069	311.723	6.250	9.629
Provisão Prêmio Aposentadoria	467	295	14	41
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(14.479)	(13.005)	887	(1.597)
	(14.012)	(12.710)	901	(1.556)
	318.057	299.013	7.151	8.073

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	91.129	84.630	-	-
Comunicação	45.030	43.469	314	549
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	156.271	165.158	61	37
Conservação e Limpeza de Prédios	72.821	65.809	307	113
Mão de Obra Contratada	3.223	5.546	-	-
Fretes e Passagens	7.287	7.465	1.643	1.501
Hospedagem e Alimentação	12.955	12.823	215	380
Vigilância	20.060	18.412	-	-
Consultoria	8.527	15.207	984	3.198
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	17.612	26.715	200	326
Manutenção e Conservação de Veículos	8.207	9.199	27	34
Corte e Religação	22.257	12.168	-	-
Meio Ambiente	15.968	20.340	-	-
Serviços Advocatórios	17.216	21.230	1.451	4.289
Custas Processuais	1.703	1.687	44	54
Poda de Árvores	18.696	15.737	-	-
Limpeza de Faixa	23.387	21.648	-	-
Reprografia e Publicações Legais	9.738	5.736	142	407
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.115	3.202	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	3.626	3.868	-	-
Outras Despesas	58.951	53.813	1.129	1.367
	617.779	613.862	6.517	12.255

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015	01/07/2014	01/07/2015	01/07/2014
	a 30/09/2015	a 30/09/2014 Reclassificado	a 30/09/2015	a 30/09/2014
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	32.253	27.705	-	-
Comunicação	15.300	14.736	124	176
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	47.645	55.053	17	2
Conservação e Limpeza de Prédios	27.793	24.369	159	53
Mão de Obra Contratada	1.392	1.520	(4)	-
Fretes e Passagens	2.688	2.279	609	235
Hospedagem e Alimentação	4.420	4.694	88	102
Vigilância	7.554	6.495	-	-
Consultoria (recuperação de despesas)	3.110	8.829	383	1943
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	6.099	9.082	131	200
Manutenção e Conservação de Veículos	2.633	3.054	18	7
Corte e Religação	6.325	5.031	-	-
Meio Ambiente	3.941	8.189	-	-
Serviços Advocatórios	4.445	6.128	429	438
Custas Processuais	693	517	19	19
Poda de Árvores	7.057	5.880	-	-
Limpeza de Faixa	8.644	9.061	-	-
Repografia e Publicações Legais	3.258	2.603	47	217
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.024	1.005	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.198	1.195	-	-
Outras Despesas	17.354	23.649	301	491
	204.826	221.074	2.321	3.883

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Energia de Itaipu Binacional	1.253.423	610.958
Contratos por Cotas de Garantia Física	183.398	164.077
Cotas das Usinas de Angra I e II	149.610	133.220
Energia de curto prazo	801.062	982.082
PROINFA	184.514	197.411
Contratos Bilaterais	247.095	282.389
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	3.063.843	2.137.471
Energia adquirida no Ambiente Livre	2.070.370	1.263.511
Créditos de PASEP-COFINS	(685.080)	(489.214)
	7.268.235	5.281.905

	Consolidado	
	01/07/2015	01/07/2014
	a 30/09/2015	a 30/09/2014
Energia de Itaipu Binacional	482.579	208.304
Contratos por Cotas de Garantia Física	69.914	53.869
Cotas das Usinas de Angra I e II	50.531	44.406
Energia de curto prazo	333.659	85.352
PROINFA	61.505	65.803
Contratos Bilaterais	81.426	106.613
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	978.368	920.856
Energia adquirida no Ambiente Livre	752.281	465.309
Créditos de PASEP-COFINS	(275.709)	(166.589)
	2.534.554	1.783.923

Em função da redução da capacidade de geração de energia, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas, a Companhia aumentou o volume de compra de energia no mercado livre visando dispor da quantidade necessária para atendimento aos contratos previamente firmados.

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	110.037	89.506	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	70.683	51.995	10.821	11.082
Cíveis	17.361	(1.517)	1.175	(8.616)
Tributárias	(4.820)	15.584	(300)	1.455
Ambientais	(1.158)	(799)	(313)	28
Regulatórias	8.811	(16.843)	(679)	2.084
Outras	(8.739)	1.541	(765)	285
	82.138	49.961	9.939	6.318
	192.175	139.467	9.939	6.318
Provisão para Perdas em Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 12)	179.937	-	179.937	-
Opção de venda SAAG (Nota 12)	52.317	8.156	-	-
	232.254	8.156	179.937	-
	424.429	147.623	189.876	6.318

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	51.960	40.981	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	35.166	40.868	5.461	7.458
Cíveis	375	(2.474)	(345)	(1.688)
Tributárias	(114)	7.068	(128)	501
Ambientais	1	7	-	7
Regulatórias	5.968	5.147	(3.555)	5.031
Societárias	(13.639)	-	(13.639)	-
Outras	(114)	1.047	(698)	225
	<u>27.643</u>	<u>51.663</u>	<u>(12.904)</u>	<u>11.534</u>
	79.603	92.644	(12.904)	11.534
Provisão para Perdas em Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 12)	65.755	-	65.755	-
Opção de venda SAAG (Nota 12)	6.066	8.156	-	-
	<u>71.821</u>	<u>8.156</u>	<u>65.755</u>	<u>-</u>
	151.424	100.800	52.851	11.534

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal e Administradores	46.614	39.517
Materiais	309.951	259.100
Serviços de Terceiros	307.130	249.756
Outros	115.669	45.738
	<u>779.364</u>	<u>594.111</u>

	Consolidado	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
	Pessoal e Administradores	18.406
Materiais	106.001	106.339
Serviços de Terceiros	116.707	93.925
Outros	38.587	17.756
	<u>279.701</u>	<u>232.870</u>

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
Arrendamentos e Aluguéis	77.973	80.557	511	258
Propaganda e Publicidade	6.033	16.115	543	1.270
Consumo Próprio de Energia Elétrica	14.878	11.552	-	-
Subvenções e Doações	18.635	22.286	-	1.500
Concessão Onerosa	6.518	17.610	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	88.808	81.089	212	235
Seguros	6.605	6.459	2.834	2.151
Anuidade CCEE	6.189	5.353	2	2
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	48.369	40.752	11	32
FORLUZ – Custeio Administrativo	16.230	16.642	914	817
Agentes Arrecadadores	52.642	49.442	-	-
Outras Despesas	64.855	34.725	8.393	12.228
	407.735	382.582	13.420	18.493

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015	01/07/2014	01/07/2015	01/07/2014
	a 30/09/2015	a 30/09/2014 Reclassificado	a 30/09/2015	a 30/09/2014
Arrendamentos e Aluguéis	24.544	26.950	117	127
Propaganda e Publicidade	3.887	7.570	199	54
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.540	3.697	-	-
Subvenções e Doações	10.212	10.949	-	1.500
Concessão Onerosa	913	5.963	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	30.000	25.316	(48)	69
Seguros	2.161	1.852	945	632
Anuidade CCEE	2.032	1.826	1	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.864	8.156	11	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	4.605	5.520	247	271
Agentes Arrecadadores	18.284	17.542	-	-
Outras Despesas	13.505	25.193	2.408	4.063
	118.547	140.534	3.880	6.716

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	160.289	236.281	15.371	45.073
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	157.511	125.063	-	-
Variações Cambiais	55.470	13.849	15	-
Variação Monetária	15.015	17.065	1.572	644
Variação Monetária e Cambial - CVA	140.240	-	-	-
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(18.593)	-	(6.937)	-
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	282.663	-	-	-
Multas Contratuais	18.065	7.665	33	-
Ajuste ao Valor Presente	971	-	-	-
Outras	28.428	22.260	5.272	6.028
	840.059	422.183	15.326	51.745
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.001.935)	(630.357)	-	-
Variações Cambiais	(163.309)	(10.099)	(1)	(15)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(279.126)	(190.207)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(9.315)	(8.508)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(97.533)	(75.193)	(4.799)	(3.700)
Ajuste a Valor Presente	-	(9.286)	(21.669)	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	-	(31.402)	-	-
Variação Monetária AFAC – Governo Minas Gerais	(21.669)	-	-	-
Outras	(72.956)	(39.109)	(157)	(410)
	(1.645.843)	(994.161)	(26.626)	(4.125)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(805.784)	(571.978)	(11.300)	47.620

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 Reclassificado	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	67.588	78.696	6.923	16.898
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	60.671	38.248	-	-
Variações Cambiais	31.072	-	-	-
Variação Monetária	5.533	4.883	165	134
Variação Monetária e Cambial - CVA	63.611	-	-	-
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(18.593)	-	(6.937)	-
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	88.990	-	-	-
Multas Contratuais	5.390	1.620	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(234)	(992)	-	-
Outras	11.176	9.436	1.753	2.704
	315.204	131.891	1.904	19.736
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(377.086)	(258.475)	-	-
Variações Cambiais	(91.072)	(8.218)	-	(7)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(52.770)	(5.371)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(2.241)	3.045	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(25.249)	(17.202)	(1.242)	(847)
Ajuste a Valor Presente	-	(9.286)	(21.669)	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	-	(30.075)	-	-
Variação Monetária AFAC – Governo Minas Gerais	(21.669)	-	-	-
Outras	(25.870)	(15.838)	(17)	(18)
	(595.957)	(341.420)	(22.928)	(872)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(280.753)	(209.529)	(21.024)	18.864

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	17.519	2.577	-	-	106.273	75.851	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.406	1.187	-	-	(802)	(379)
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	-	-	(3.858)
Não Circulante								
Depósito Administrativo – AFAC (3)	-	-	261.114	239.445	-	-	(21.669)	-
Financiamentos – BDMG	-	-	7.572	12.610	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	12.413	-	-	-	(76.896)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	970	489	-	-	(4.771)	(4.378)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.576	20.183	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	495	230	400	153	38.994	6.752	(451)	(2.565)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	41.028	41.099	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	16.295	2.220	-	-	(511.770)	(77.904)
Adiantamento de entrega futura de energia	82.816	-	-	-	-	-	-	-
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.586	8.038	-	-	-	-	-	-
Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.246	-	-	-	(7.107)	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	8.393	4.126	-	-	(68.625)	(23.798)
Transirapé								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	571	160	-	1.057	(5.068)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	107	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.201.780	1.107.272	-	-	78.965	148.278	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	14.297	16.764	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	73.126	64.873	-	-	(97.534)	(75.193)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(57.862)	(53.993)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(16.230)	(16.642)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	1.544	1.434	-	-	(13.685)	(12.984)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	737.401	734.614	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	77.804	74.497	-	-	(109.572)	(101.424)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.129.229	1.077.634	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
- (3) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 20);
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 19) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel do edifício sede;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15 e 22.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

O valor atualizado em 30 de setembro de 2015 é de R\$82.816, com previsão contratual para compensação integral deste saldo com os faturamentos pela SAESA até março de 2016.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas Informações Contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/09/2015	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	2.625.595	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.939.869	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	633.172	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	99.708	2015
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.394	2023
				5.991.353	

Em 30 de setembro de 2015, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2015, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig 8,15%	Cemig GT 9,31%	Cemig D 6,29%	Demais controladas 12,81% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	859	981	663	1.351	3.854
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	4.312	4.926	3.329	6.782	19.349
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	819	936	632	1.288	3.675
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.867	2.133	1.441	2.936	8.377
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.333	2.666	1.802	3.670	10.471
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	824	941	636	1.296	3.697
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	463	529	358	729	2.079
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	435	498	336	685	1.954
				11.912	13.610	9.197	18.737	53.456

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração	9.553	6.418
Participação nos Resultados	2.323	1.775
Benefícios Pós Emprego	552	619
Benefícios Assistenciais	222	217
Total	12.650	9.029

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura e a Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e opções de venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós-emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas informações contábeis intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	42.779	42.779	88.767	88.767
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.563.278	1.563.278	798.376	798.376
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.113.224	3.113.224	2.344.578	2.344.578
Concessionários – Transporte de Energia	259.988	259.988	253.743	253.743
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão	1.560.560	1.560.560	1.272.986	1.272.986
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	166.571	166.571	344.896	344.896
Depósitos Vinculados a Litígios	1.562.151	1.562.151	1.534.805	1.534.805
Ativo Financeiro de Distribuição - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.360.159	1.360.159	1.106.675	1.106.675
Fundos Vinculados	210	210	1.110	1.110
	9.628.920	9.628.920	7.745.936	7.745.936
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	6.783.191	6.783.191	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	407.276	407.994	110.629	109.621
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	708.965	708.965	900.643	900.643
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	427.084	427.084	194.829	194.829
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.687.707	1.603.716	1.603.716	1.603.716
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.852.332	13.415.222	13.508.738	13.240.742
Concessões a Pagar	20.860	21.953	178.537	223.220
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	810.527	810.527	799.487	799.487
	16.371.426	15.851.418	16.090.478	15.867.165

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, aos quais estão em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	9.609	38.175	9.244	24.555
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.322	335.950	57.433	148.864
	96.931	374.125	66.677	173.419
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 17)	4.277	18.967	4.581	14.782
Passivo Exposto		393.092		188.201

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2016 será uma valorização de 2,06% para o dólar (R\$4,055) e uma desvalorização de 0,20% para o Euro (R\$4,426). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2015	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	38.175	38.963	48.706	58.449
Fornecedores (Itaipu Binacional)	335.950	342.884	428.626	514.368
	374.125	381.847	477.332	572.817
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	18.967	18.929	23.663	28.394
Passivo Exposto	393.092	400.776	500.995	601.211
Efeito da Variação Cambial		7.684	107.903	208.119

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$73.348 (R\$48.717, em 31 de dezembro de 2014).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.563.278	798.376
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.116.241	1.011.272
Fundos Vinculados	210	1.110
Ativo financeiro da Distribuição - CVA * (nota 11)	1.360.159	1.106.675
	4.039.888	2.917.433
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(9.277.563)	(8.633.982)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(300.383)	(318.537)
	(9.577.946)	(8.952.519)
Passivo Líquido Exposto	(5.538.058)	(6.035.086)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,80% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 13,80% TJLP 7,00%	Cenário II SELIC 17,25% TJLP 8,75%	Cenário III SELIC 20,70% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	1.563.278	1.779.010	1.832.943	1.886.877
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.116.241	1.270.282	1.308.793	1.347.303
Fundos Vinculados	210	239	246	253
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.360.159	1.547.861	1.594.786	1.641.712
	4.039.888	4.597.392	4.736.768	4.876.145
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(9.277.563)	(10.557.867)	(10.877.943)	(11.198.019)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(300.383)	(341.836)	(352.199)	(362.562)
	(9.577.946)	(10.899.703)	(11.230.142)	(11.560.581)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(5.538.058)	(6.302.311)	(6.493.374)	(6.684.436)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(764.253)	(955.316)	(1.146.378)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)*	5.712.964	5.369.722
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(4.011.680)	(4.257.601)
Ativo Líquido Exposto	1.701.284	1.112.121

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,82% e 5,90%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,82% IGP-M 5,90%	Cenário II IPCA 8,53% IGP-M 7,38%	Cenário III IPCA 10,23% IGP-M 8,85%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)	5.712.964	6.050.029	6.134.581	6.218.561
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(4.011.680)	(4.285.277)	(4.353.876)	(4.422.075)
Ativo Líquido Exposto	1.701.284	1.764.752	1.780.705	1.796.486
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		63.468	79.421	95.202

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	824.721	654.981	4.520.823	11.901.458	3.347.003	21.248.986
Concessões a pagar	218	645	1.736	8.980	13.725	25.304
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	9.902	30.296	49.007	595.181	620.019	1.304.405
	834.841	685.922	4.571.566	12.505.619	3.980.747	22.578.695
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.498.341	189.366	-	-	-	1.687.707
	2.333.182	875.288	4.571.566	12.505.619	3.980.747	24.266.402

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	487	1.491	4.096	27.598	30.505	64.177
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.332	-	-	-	-	5.332
	5.819	1.491	4.096	27.598	30.505	69.509

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de setembro de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$691.503.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atreladas ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT e CEMIG D possuem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora, CEMIG, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da garantidora. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de setembro de 2015 é apresentada a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Total do Passivo	24.281.801	23.715.051
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.606.057)	(887.143)
(-) Fundos Vinculados	(210)	(1.110)
Passivo Líquido	22.675.534	22.826.798
Total do Patrimônio Líquido	14.302.849	11.284.952
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,59	2,02

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2015	Valor justo em 30 de setembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	121.604	-	121.604	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	93.856	93.856	-	-
Letras Financeiras - Bancos	355.802	-	355.802	-
Debêntures	136.777	-	136.777	-
Outros	926	-	926	-
	708.965	93.856	615.109	-
Fundos Vinculados	210	-	210	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.783.191	-	-	6.783.191
	7.492.366	93.856	615.319	6.783.191
Passivos				
Opções de venda	(427.084)	-	-	(427.084)
	7.065.282	93.856	615.319	6.356.107

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da Light e SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	12.624.808	4.084.346	17.595.854	334.249	2.395.250	1.718.474	(168.331)	38.584.650
ADIÇÕES AO SEGMENTO	959.217	88.732	690.632	32.926	33.923	-	-	1.805.430
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.731.112	2.373.775	1.210.833	-	-	379.261	-	9.694.981
RECEITA LÍQUIDA	5.453.931	348.781	9.293.969	92.610	1.012.722	67.395	(243.773)	16.025.635
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.030.610)	-	(5.374.154)	-	-	(28)	136.557	(7.268.235)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(220.383)	(214)	(629.842)	-	-	-	82.824	(767.615)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(789.616)	-	-	(789.616)
Total dos Custos Operacionais	(2.250.993)	(214)	(6.003.996)	-	(789.616)	(28)	219.381	(8.825.466)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(158.753)	(81.195)	(683.977)	(11.282)	(17.972)	(34.025)	-	(987.204)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(34.834)	(18.107)	(142.826)	(1.810)	-	(9.797)	-	(207.374)
Obrigações Pós-Emprego	(25.647)	(12.269)	(125.322)	-	-	(9.589)	-	(172.827)
Materiais	(91.240)	(4.046)	(37.504)	(70)	(1.305)	(225)	-	(134.390)
Serviços de Terceiros	(83.535)	(23.307)	(498.666)	(19.376)	(5.164)	(7.972)	20.241	(617.779)
Depreciação e Amortização	(217.277)	-	(335.366)	(27.047)	(38.968)	(10.173)	-	(628.831)
Provisões (Reversões) Operacionais	(55.070)	(1.004)	(177.780)	(699)	-	(189.876)	-	(424.429)
Custos de Construção	-	(88.732)	(690.632)	-	-	-	-	(779.364)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(42.389)	(12.314)	(302.396)	(14.467)	(19.958)	(20.362)	4.151	(407.735)
Total do Custo de Operação	(708.745)	(240.974)	(2.994.469)	(74.751)	(83.367)	(282.019)	24.392	(4.359.933)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.959.738)	(241.188)	(8.998.465)	(74.751)	(872.983)	(282.047)	243.773	(13.185.399)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	2.494.193	107.593	295.504	17.859	139.739	(214.652)	-	2.840.236
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.420)	277.058	11.596	(21.414)	-	1.034	-	259.854
Resultado com Reorganização Societária	729.442	-	-	-	-	-	-	729.442
Receitas Financeiras	99.150	19.055	679.436	3.181	18.096	21.141	-	840.059
Despesas Financeiras	(719.246)	(6.207)	(852.434)	(4.347)	(36.873)	(26.736)	-	(1.645.843)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.595.119	397.499	134.102	(4.721)	120.962	(219.213)	-	3.023.748
Imposto de Renda e Contribuição Social	(751.168)	(49.276)	(57.257)	(5.478)	(35.588)	60.864	-	(837.903)
RESULTADO	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.374	(158.349)	-	2.185.845
Participação dos acionistas controladores	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.006	(158.349)	-	2.185.477
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	368	-	-	368
	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.374	(158.349)	-	2.185.845

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 - RECLASSIFICADA

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	11.166.765	3.583.853	14.443.132	330.674	569.321	2.478.595	(637.917)	31.934.423
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.762.588	48.011	546.100	45.548	-	14.101	-	3.416.348
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	3.890.088	2.485.112	1.115.796	-	569.321	475.207	-	8.535.524
RECEITA LÍQUIDA	5.588.198	264.577	7.426.790	86.779	-	67.036	(224.797)	13.208.583
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.376.867)	-	(4.017.276)	-	-	-	112.238	(5.281.905)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(206.600)	(208)	(414.671)	-	-	-	85.308	(536.171)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	(1.583.467)	(208)	(4.431.947)	-	-	-	197.546	(5.818.076)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(147.474)	(75.887)	(634.019)	(9.672)	-	(31.846)	-	(898.898)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(30.269)	(13.100)	(136.473)	(1.071)	-	(12.371)	-	(193.284)
Obrigações Pós-Emprego	(25.818)	(10.299)	(114.519)	-	-	(8.301)	-	(158.937)
Materiais	(211.751)	(3.913)	(36.909)	(55)	-	(110)	-	(252.738)
Serviços de Terceiros	(102.130)	(26.600)	(480.117)	(16.857)	-	(12.888)	24.730	(613.862)
Depreciação e Amortização	(239.071)	-	(318.011)	(25.873)	-	(4.533)	-	(587.488)
Provisões (Reversões) Operacionais	(21.886)	(9.557)	(109.815)	(50)	-	(6.315)	-	(147.623)
Custos de Construção	-	(48.011)	(546.100)	-	-	-	-	(594.111)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(54.255)	(21.181)	(268.148)	(19.895)	-	(21.624)	2.521	(382.582)
Total do Custo de Operação	(832.654)	(208.548)	(2.644.111)	(73.473)	-	(97.988)	27.251	(3.829.523)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.416.121)	(208.756)	(7.076.058)	(73.473)	-	(97.988)	224.797	(9.647.599)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	3.172.077	55.821	350.732	13.306	-	(30.952)	-	3.560.984
Resultado de Equivalência Patrimonial	(324.554)	302.131	20.419	(19.738)	47.159	8.456	-	33.873
Receitas Financeiras	98.522	36.148	227.240	3.899	-	56.374	-	422.183
Despesas Financeiras	(248.429)	(188.789)	(550.338)	(2.302)	-	(4.303)	-	(994.161)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.697.616	205.311	48.053	(4.835)	47.159	29.575	-	3.022.879
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.033.910)	32.517	(192.567)	(5.458)	-	(9.938)	-	(1.209.356)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.779	-	171.338	779	-	16.600	-	206.496
RESULTADO	1.681.485	237.828	26.824	(9.514)	47.159	36.237	-	2.020.019

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa e que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2015	30/09/2014
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	219.869	-
Indenização Usinas Não Renovadas – Transferência do Imobilizado para o Ativo Financeiro	546.410	-
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	581.114	-
Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	797.316	-
Encargos Financeiros Capitalizados	105.253	49.468
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	612.957	588.600
Receita de Construção	779.364	594.111

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Assinatura do Contrato de Concessão pelo Consórcio UHE Itaocara

Em 23 de outubro de 2015 o Consórcio UHE Itaocara, constituído por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. e por Itaocara Energia Ltda., subsidiária integral da Light S.A., assinou o contrato de concessão da UHE Itaocara I. A primeira unidade geradora tem previsão de entrar em operação em maio de 2018, enquanto a previsão da última é julho de 2018.

Renovação de operações de crédito

Em outubro de 2015, a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida com a renovação de operações de crédito, por meio de aditivos a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Contratos de Abertura de Crédito Fixo (CACFs), no valor total de R\$669,1 milhões, contratadas com o Banco do Brasil S.A. As CCBs, no valor de R\$540 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2015 foram prorrogadas, passando o vencimento final para 24 de outubro de 2018, alterando seus encargos financeiros sobre o saldo devedor de 104,10% do CDI para 112,00% do CDI. A parcela do CACF no valor de R\$33,9 milhões, com vencimento em 26 de outubro de 2015, bem como a parcela do CACF no valor de R\$95,2 milhões, com vencimento em 30 de outubro de 2015, foram postergadas em 1 ano, com vencimentos em 26 e 30 de outubro de 2016, respectivamente, sendo mantidas as taxas de juros de 108,00% do CDI.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 26 de outubro de 2015, a Cemig GT emitiu, em favor do Banco da Amazônia S.A. (BASA), uma CCB no valor de R\$87 milhões, com remuneração de CDI + 1,90% ao ano e vencimento em 26 de outubro de 2018. Os recursos foram utilizados para o pagamento de juros das dívidas refinanciadas no mês de outubro de 2015. As CCBs foram garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

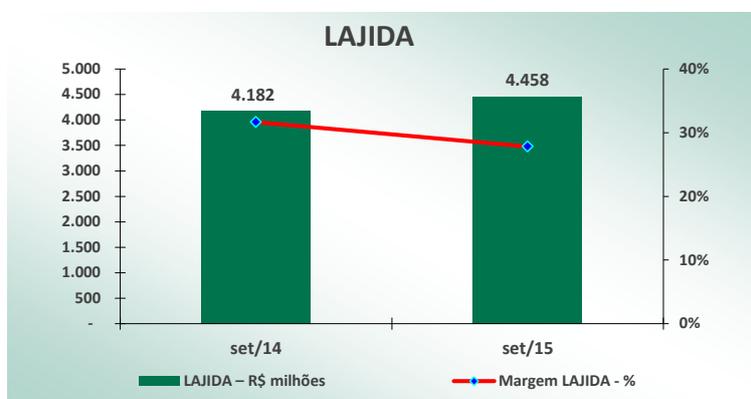
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2015, um resultado de R\$2.185.845 em comparação ao resultado de R\$2.020.019 no mesmo período de 2014, um aumento de 8,21%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 6,60% no período de janeiro a setembro de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	2.185.845	2.020.019	8,21
+ Despesa de IR e Contribuição Social	837.903	1.002.860	(16,45)
+ Resultado Financeiro Líquido	805.784	571.978	40,88
+ Depreciação e Amortização	628.831	587.488	7,04
= LAJIDA	4.458.363	4.182.345	6,60



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou um aumento de 6,60% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento de 21,33% na receita líquida associado ao reconhecimento de um ganho de R\$729.442 de valor justo em operação societária, sendo compensado parcialmente pelo aumento de 38,59% nos custos e despesas operacionais (sem o efeito das despesas de depreciação e amortização). Apesar do aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA apresentou uma redução de 12,14%, passando de 31,66%, no período de janeiro a setembro de 2014, para 27,82%, no período de janeiro a setembro de 2015, devido, principalmente, ao aumento dos custos e despesas operacionais.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.598.556 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a R\$12.636.425 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 31,35%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$14.854.689 no período de janeiro a setembro de 2015 comparada a R\$11.198.721 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 32,65%.

Os principais impactos na receita, no período de janeiro a setembro de 2015, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a setembro de 2015.
- redução de 7,36% no volume de energia vendida.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a setembro de 2015, comparativamente às do mesmo período de 2014:

A energia faturada pela Companhia apresentou uma redução de 7,36%, sendo a variação por classe de consumo apresentada abaixo.

Destaca-se a redução de 10,56% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

	MWh (1)		
	30/09/2015	30/09/2014	Var (%)
Residencial	7.313.315	7.457.446	(1,93)
Industrial	17.284.021	19.324.882	(10,56)
Comércio, Serviços e Outros	4.742.906	4.717.548	0,54
Rural	2.472.446	2.536.460	(2,52)
Poder Público	650.969	653.516	(0,39)
Iluminação Pública	994.543	966.373	(2,92)
Serviço Público	897.900	956.732	(6,15)
Subtotal	34.356.100	36.612.957	(6,16)
Consumo Próprio	27.722	27.666	0,20
	34.383.822	36.640.623	(6,16)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	8.951.487	10.139.031	(11,71)
Total	43.335.309	46.779.654	(7,36)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2015, a receita foi de R\$1.177.227 comparada a R\$629.957 do mesmo período de 2014, aumento de 86,87%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 22). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pela redução dos níveis de atividades do setor industrial no período, com uma redução de 10,56% na quantidade de energia distribuída.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.885.881 no período de janeiro a setembro de 2015 comparada a R\$2.278.073 no mesmo período de 2014, uma redução de 17,22%. Esta variação decorre da redução de 51,92% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$325,12/MWh em 2015 e R\$676,16/MWh em 2014), parcialmente compensada pelo maior volume de energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, apesar da redução do GSF (*General Scalling Factor*).

Receita de Fornecimento de Gás

No período de janeiro a setembro de 2015 a Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.265.907, decorrente da consolidação da GASMIG a partir de outubro de 2014.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$1.306.434 em 30 de setembro de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente à diferença de estimativa de valores registrados em 2014.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão e distribuição) foram de R\$779.364 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$594.111 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 31,18%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 11,59% nos períodos comparados (R\$1.319.773 no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação a R\$1.182.700 no mesmo período de 2014).

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.016.018 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$154.034, no período de janeiro a setembro de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas a serem cobertas pelo Encargo não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual a ser pago pela Cemig D de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$8.307.507 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$4.112.683 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 102,00%. Este resultado deve-se, parcialmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. A principal variação não decorrente de aumento do faturamento refere-se à CDE, conforme descrito abaixo:

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$13.185.399 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$9.647.599 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 36,67%.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$7.268.235 no período de janeiro a setembro de 2015, comparada a R\$5.281.905 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 37,61%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 43,34% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.063.843 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$2.137.471 no mesmo período de 2014, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 105,16% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.253.423 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$610.958 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no período de janeiro a setembro de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$3,22, em comparação a R\$2,29 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 40,61%;
- aumento de 63,86% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$2.070.370 no período de janeiro a setembro de 2015 comparado a R\$1.263.511 no mesmo período de 2014. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 56,20% no volume de compra realizado pela Cemig GT (11.664.788 MWh em 2015 em comparação a 7.468.054 MWh em 2014), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado;
- redução de 18,43% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig D no mercado atacadista (R\$801.062 em setembro de 2015 e R\$982.082 em setembro de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$767.615 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$536.171 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 43,17%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$987.204 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$898.898 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 9,82%. Essa variação decorre, basicamente, de reajustes salariais, sendo de 6,34% em função do Acordo Coletivo do Trabalho em novembro de 2014, e 3% a partir de março de 2015 como resultado do dissídio coletivo ajustado por entidades representativas dos empregados da Companhia

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação foi de R\$628.831 no período de janeiro a setembro de 2015 comparado a R\$587.488 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 7,04%. Esta variação decorre, principalmente, da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014. A despesa com amortização da GASMIG em 2015 foi de R\$38.968.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos referem-se basicamente ao óleo combustível para produção de energia na usina de Igarapé e foram de R\$81.503 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$203.342 no mesmo período de 2014, uma redução de 59,92%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina nesse ano para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$779.364 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$594.111 do mesmo período de 2014, um aumento de 31,18%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$424.429 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$147.623 do mesmo período de 2014, um aumento de 187,51%.

A principal variação decorre do registro, em 2015, de provisão para perdas referentes às opções de venda das participações em Parati e SAAG no valor de R\$232.254. Mais informações nas Notas Explicativas números 12 e 23d.

Destaca-se, ainda, o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$70.683 no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação a uma constituição líquida de R\$51.995 no mesmo período de 2014. Além disso, no período de janeiro a setembro de 2015 houve uma constituição de R\$8.811 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão líquida de R\$16.843 no mesmo período de 2014. Mais informações nas Notas Explicativas números 20 e 23d.

Gás Comprado para Revenda

No período de janeiro a setembro de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$789.616, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729.442 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 12.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No período de janeiro a setembro de 2015 a Companhia apurou um ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$259.854 comparados a um ganho de R\$33.873 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre, principalmente, do menor prejuízo, em 2015, da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.. No período de janeiro a setembro de 2015 a Madeira Energia apurou um prejuízo de R\$119.354 comparado a um prejuízo de R\$348.345, no mesmo período de 2014.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$805.784, comparada a Despesa Financeira Líquida de R\$571.978 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 40,88%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$ 140.240 no período de janeiro a setembro de 2015;

- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos, sendo R\$282.663 no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação à despesa de R\$31.402 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 6,34% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 1,75% no mesmo período de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição;
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, que foi de R\$163.309 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados ao montante de R\$10.099 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, dos impactos verificados na Cemig D em função da maior variação do Dólar em 2015 (49,57% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 4,63% no mesmo período de 2014);
- aumento de 58,95% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.001.935 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$630.357 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 9,55% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 7,83% no mesmo período de 2014;
- aumento de 46,75% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$279.126 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$190.207 do mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (7,64% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 4,61% no mesmo período de 2014);
- redução de 32,16% na receita de aplicações financeiras: R\$160.289 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$236.281 no mesmo 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$837.903 em relação ao Resultado de R\$3.023.748 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,71%. No período de janeiro a setembro de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.002.860 em relação ao Resultado de R\$3.022.879, representando um percentual de 33,18%.

Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

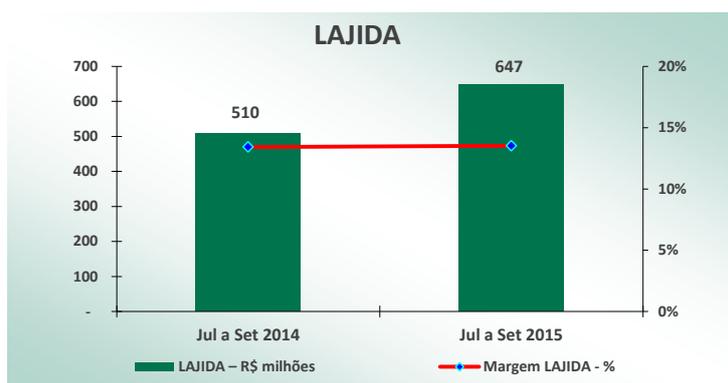
Análise do Resultado do Terceiro Trimestre de 2015

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2015, um resultado de R\$166.954, em comparação ao resultado de R\$29.056, no terceiro trimestre de 2014, aumento de 474,59%. As principais variações no resultado estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 27,01% no terceiro trimestre de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2015	Terceiro Trim/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	166.954	29.056	474,59
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(632)	68.031	-
+ Resultado Financeiro Líquido	280.753	209.529	33,99
+ Depreciação e Amortização	200.123	202.964	(1,40)
= LAJIDA	647.198	509.580	27,01



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento de 27,01% do LAJIDA consolidado no terceiro trimestre de 2015 decorre, principalmente, do aumento de 25,99% verificado na receita líquida, compensado, parcialmente, pelo aumento de 34,85% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 13,42%, no terceiro trimestre de 2014, para 13,53%, no terceiro trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.640.810 no terceiro trimestre de 2015 em comparação a R\$4.343.237 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 29,88%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.284.970 no terceiro trimestre de 2015, comparada a R\$3.824.749 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 38,18%. Os principais impactos na receita, no terceiro trimestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a setembro de 2015;
- Redução de 13,65% no volume de energia vendida.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no terceiro trimestre de 2015, comparativamente às do mesmo período de 2014:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2015	Terceiro Trim/2014	Var %
Residencial	2.363.902	2.430.126	(2,73)
Industrial	5.695.265	6.689.014	(14,86)
Comércio, Serviços e Outros	1.482.339	1.478.982	0,23
Rural	928.036	947.761	(2,08)
Poder Público	209.647	208.582	0,51
Iluminação Pública	333.947	323.305	3,29
Serviço Público	301.214	348.829	(13,65)
Subtotal	11.314.350	12.426.599	(8,95)
Consumo Próprio	8.808	8.611	2,29
	11.323.158	12.435.210	(8,94)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.032.579	3.031.021	(32,94)
Total	13.355.737	15.466.231	(13,65)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A principal variação foi no mercado industrial que apresentou, no terceiro trimestre de 2015, uma redução de 14,86%. Este resultado decorreu da retração da atividade econômica em 2015, com impacto direto sobre a venda de energia para o setor industrial.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$173.791 no terceiro trimestre de 2015 comparada a R\$10.789 no mesmo período de 2014, aumento de 1.510%. Esta variação decorre, principalmente, da maior disponibilidade de energia para liquidação no mercado atacadista parcialmente compensado pela redução de 69,83% no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$204,07/MWh no terceiro trimestre de 2015 e R\$676,45/MWh no terceiro trimestre de 2014), parcialmente compensada pelo maior volume de energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, apesar da redução do GSF (*General Scalling Factor*).

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$543.937 no terceiro trimestre de 2015.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2015, a receita foi de R\$446.345 comparada a R\$215.936 do mesmo período de 2014, aumento de 106,70%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21% para os consumidores livres. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 10). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 14,86% na quantidade de energia distribuída.

Receita de Fornecimento de Gás

No terceiro trimestre de 2015 a Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$415.187, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$279.701 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$232.870 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 20,11%.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais receitas operacionais

As demais receitas da Companhia apresentaram, em conjunto, um aumento de 19,86% nos períodos comparados (R\$447.390 no terceiro trimestre de 2015, em comparação a R\$373.257 no mesmo período de 2014).

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$859.323 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$57.482, do terceiro trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas a serem cobertas pelo Encargo não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual, a ser pago pela Cemig D, de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$3.163.285 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$1.378.942 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 129,40%. Este resultado deve-se, parcialmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. A principal variação não decorrente de aumento do faturamento refere-se à CDE, conforme descrito abaixo:

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$4.495.757 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$3.388.457 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 32,68%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.534.554 no terceiro trimestre de 2015, comparada a R\$1.783.923 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 42,08%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 6,25% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$978.368 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$920.856 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 131,67% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$482.579 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$208.304 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no terceiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2015 foi de R\$3,68, em comparação a R\$2,32 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 58,62%;
- aumento de 61,67% na despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$752.281 no terceiro trimestre de 2015 em comparação a R\$465.309 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado;
- aumento de 290,92% da compra de energia de curto prazo, em função da menor exposição da Cemig D no mercado atacadista (R\$333.659 no terceiro trimestre de 2015 e R\$85.352 no segundo trimestre de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$274.972 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$201.945 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 36,16%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$318.057 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$299.013 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 7,62%. Essa variação decorre, basicamente, de reajustes salariais, sendo de 6,37% em função do Acordo Coletivo do Trabalho em novembro de 2014, e de 3% a partir de março de 2015 como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$151.424, no terceiro trimestre de 2015, comparados a uma despesa de R\$100.800 do mesmo período de 2014, variação de 50,22%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, no terceiro trimestre de 2015, de provisão para perdas referentes as opções de venda das participações em Parati e SAAG, no valor de R\$71.821. Mais informações na Nota Explicativa nº 12.

Gás Comprado para Revenda

No terceiro trimestre de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$265.694, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Custo de Construção de Infraestrutura

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$279.701 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$232.870 do mesmo período de 2014, representando um aumento de 20,11%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi uma despesa de R\$6.532 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$77.709 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 91,59%. Este resultado decorre da paralisação das atividades da Usina Termelétrica de Igarapé em 2015, em função da necessidade de manutenção e instalação de novos equipamentos.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No terceiro trimestre de 2015 a Companhia apurou um ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$164.044 comparados a uma perda de R\$102.074 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre, principalmente, do menor prejuízo, em 2015, da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.. No terceiro trimestre de 2015 a Madeira Energia apurou um prejuízo de R\$53.080 comparado a um prejuízo de R\$328.959, no mesmo período de 2014.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$280.753, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$209.529 no mesmo período de 2014, aumento de 33,99%.

A composição das Receitas e Despesas Financeiras é apresentada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações são apresentadas na sequência deste relatório.

- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos: no terceiro trimestre de 2015 foi registrada uma receita de atualização financeira da BRR no valor de R\$88.990 em comparação a uma reversão, no mesmo período de 2014, no montante de R\$30.075. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 1,92% no 3º trimestre de 2015 na comparação com uma variação negativa de 0,68% no 3º trimestre de 2014;
- aumento nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$377.086 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$258.475 no terceiro trimestre de 2014, aumento de 45,89% decorrente, principalmente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (3,43%) comparado a 2014 (2,72%);
- aumento nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$52.770 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$5.371 do mesmo período de 2014, aumento de 882,50%. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (1,39% no 3º trimestre de 2015 em comparação a 0,83% no 3º trimestre de 2014);
- redução de 14,12% na receita de aplicações financeiras: R\$67.588 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$78.696 no mesmo período de 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2015, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$632 em relação ao Resultado de R\$166.322 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 0,38%. No terceiro trimestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$68.031 em relação ao Resultado de R\$97.087, representando um percentual de 70,07%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015																	
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	15.966.559	13.763.540	16.029.906	1.919.953	334.248	174.616	171.251	275.524	(10.050.947)	38.584.650	4.767.496	4.903.310	2.432.079	1.038.594	4.617.762	(7.784.182)	48.559.709
Caixa e Equivalentes de Caixa	147.362	633.840	676.978	50.361	16.823	13.172	19.607	47.914	-	1.606.057	244.235	156.643	40.579	49.344	149.828	-	2.246.686
Contas a Receber	-	593.503	2.692.978	91.915	-	5.769	2.972	3.198	(17.123)	3.373.212	104.707	647.499	28.856	41.601	47.644	(13.118)	4.230.401
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	210.617	577.778	182.046	40.294	143	15.929	28.250	61.184	-	1.116.241	2.349	-	-	-	43.053	-	1.161.643
Tributos	628.104	250.450	1.475.023	63.621	26.171	613	543	1.389	-	2.445.914	275.572	395.565	5.738	1.987	17.076	-	3.141.852
Outros Ativos	655.040	691.535	1.628.411	348.410	22.460	3.923	870	33.604	(167.512)	3.216.741	156.874	971.711	160.736	8.495	505.243	(167.020)	4.852.780
Invest./Imob./Intang./Fin. de Concessão	14.325.436	11.016.434	9.374.470	1.325.352	268.651	135.210	119.009	128.235	(9.866.312)	26.826.485	3.983.759	2.731.892	2.196.170	937.167	3.854.918	(7.604.044)	32.926.347
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.966.559	13.763.540	16.029.906	1.919.953	334.248	174.616	171.251	275.524	(10.050.947)	38.584.650	4.767.496	4.903.310	2.432.079	1.038.594	4.617.762	(7.784.182)	48.559.709
Fornecedores e suprimentos	5.332	304.375	1.290.483	80.146	8.493	11.718	3.644	4.902	(21.386)	1.687.707	18.896	352.256	168.938	19.596	113.596	(101.096)	2.259.893
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	6.337.155	7.096.369	378.257	40.548	-	-	3	-	13.852.332	2.013.876	2.534.871	1.425.394	-	1.321.118	-	21.147.591
Juros sobre capital próprio e Dividendos	717.673	-	111.869	-	-	17.233	18.794	13.641	(161.537)	717.673	1	51.143	-	-	32.032	(83.176)	717.673
Obrigações Pós-Emprego	149.452	607.415	1.995.008	-	-	-	-	-	-	2.751.875	-	10.444	-	-	-	-	2.762.319
Tributos	27.136	706.378	1.761.185	330.202	10.116	39.478	2.835	11.452	-	2.888.782	768.413	410.240	41.318	13.096	70.331	-	4.192.180
Outros Passivos	768.191	332.454	1.024.429	186.808	62.433	935	766	9.155	(1.739)	2.383.432	118.625	330.129	136.772	137.091	1.560	69.595	3.177.204
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.298.775	5.475.763	2.750.563	944.540	212.658	105.252	145.212	236.371	(9.866.285)	14.302.849	1.847.685	1.214.227	659.657	868.811	3.079.125	(7.669.505)	14.302.849
Atribuído a Part. dos acionistas controladores	14.298.775	5.475.763	2.750.563	940.466	212.658	105.252	145.212	236.371	(9.866.285)	14.298.775	1.847.685	1.214.227	659.657	868.811	3.079.125	(7.669.505)	14.298.775
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.074	-	-	-	-	-	4.074	-	-	-	-	-	-	4.074
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	241	5.652.238	9.293.969	1.012.722	92.610	43.668	43.374	130.586	(243.773)	16.025.635	600.608	2.620.139	192.530	274.099	608.559	(172.582)	20.148.988
Custos e Despesas Operacionais	(258.667)	(3.118.308)	(8.998.464)	(872.983)	(74.751)	(31.911)	(15.773)	(42.175)	227.633	(13.185.399)	(85.774)	(2.402.277)	(183.127)	(183.002)	(361.253)	52.932	(16.347.900)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.980.291)	(5.374.154)	-	-	(24.700)	(6.688)	(18.959)	136.557	(7.268.235)	-	(1.768.863)	(86.673)	(129.688)	(30.389)	113.562	(9.170.286)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(217.795)	(629.841)	-	-	-	(1.781)	(1.022)	82.824	(767.615)	-	-	(38.133)	(10.594)	(171.001)	44.132	(943.211)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(789.616)	-	-	-	-	-	(789.616)	-	-	-	-	-	-	(789.616)
Custo de construção	-	(88.732)	(690.632)	-	-	-	-	-	-	(779.364)	(11.812)	(229.816)	-	-	(3.187)	-	(1.024.179)
Pessoal	(28.553)	(238.054)	(683.977)	(17.972)	(11.282)	(990)	(903)	(5.473)	-	(987.204)	(32.872)	(80.917)	(5.356)	(6.864)	(44.023)	-	(1.157.236)
Participações dos Empregados no Resultado	(9.796)	(52.427)	(142.826)	-	(1.810)	(279)	(235)	(1)	-	(207.374)	(4.368)	-	-	(1.243)	(148)	-	(213.133)
Obrigações Pós-Emprego	(9.589)	(37.916)	(125.322)	-	-	-	-	-	-	(172.827)	-	-	-	-	-	-	(172.827)
Materiais	(192)	(94.515)	(37.504)	(1.305)	(70)	(295)	(264)	(245)	-	(134.390)	(13.810)	(3.896)	(1.250)	(521)	(1.634)	-	(155.501)
Serviços de Terceiros	(6.517)	(96.389)	(498.666)	(5.164)	(19.376)	(1.399)	(2.436)	(8.073)	20.241	(617.779)	(15.296)	(113.050)	(7.646)	(14.231)	(44.096)	880	(811.218)
Depreciação e Amortização	(724)	(202.114)	(335.366)	(38.968)	(27.047)	(4.137)	(3.294)	(7.734)	(9.447)	(628.831)	(1.118)	(110.443)	(34.450)	(21.587)	(57.947)	(73.572)	(927.948)
Provisões Operacionais	(189.876)	(56.073)	(177.780)	-	(699)	-	(1)	-	-	(424.429)	305	(50.035)	-	(505)	(798)	-	(475.462)
Outras Despesas Líquidas	(13.420)	(54.002)	(302.396)	(19.958)	(14.467)	(111)	(171)	(668)	(2.542)	(407.735)	(6.803)	(45.257)	(9.619)	2.231	(8.030)	(32.070)	(507.283)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(258.426)	2.533.930	295.505	139.739	17.859	11.757	27.601	88.411	(16.140)	2.840.236	514.834	217.862	9.403	91.097	247.306	(119.650)	3.801.088
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.384.597	(9.763)	-	-	(21.414)	-	-	1.343	(2.094.909)	259.854	714	6.266	-	-	23.004	(333.461)	(43.623)
Resultado com Reorganização Societária	-	729.442	-	-	-	-	-	-	-	729.442	-	-	-	-	-	-	729.442
Receita Financeira	15.326	106.362	679.437	18.096	3.181	2.196	3.196	12.265	-	840.059	261.849	357.146	10.512	2.632	21.519	-	1.493.717
Despesa Financeira	(26.626)	(724.860)	(852.435)	(36.873)	(4.347)	(134)	(68)	(500)	-	(1.645.843)	(440.004)	(529.887)	(83.337)	(5.836)	(94.806)	-	(2.799.713)
Resultado antes do IR e CSLL	2.114.871	2.635.111	122.507	120.962	(4.721)	13.819	30.729	101.519	(2.111.049)	3.023.748	337.393	51.387	(63.422)	87.893	197.023	(453.111)	3.180.911
Imposto de Renda e Contribuição Social	70.606	(783.668)	(57.257)	(35.588)	(5.478)	(4.670)	(2.630)	(19.218)	-	(837.903)	(76.607)	(16.025)	(227)	(9.127)	(55.177)	-	(995.066)
Resultado do Período	2.185.477	1.851.443	65.250	85.374	(10.199)	9.149	28.099	82.301	(2.111.049)	2.185.845	260.786	35.362	(63.649)	78.766	141.846	(453.111)	2.185.845
Participação dos acionistas controladores	2.185.477	1.851.443	65.250	85.006	(10.199)	9.149	28.099	82.301	(2.111.049)	2.185.477	260.786	35.362	(63.649)	78.766	141.846	(453.111)	2.185.477
Participação de acionista não controlador	-	-	-	368	-	-	-	-	-	368	-	-	-	-	-	-	368
	2.185.477	1.851.443	65.250	85.374	(10.199)	9.149	28.099	82.301	(2.111.049)	2.185.845	260.786	35.362	(63.649)	78.766	141.846	(453.111)	2.185.845

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 - RECLASSIFICADA																
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	GASMIG	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	13.260.489	11.420.368	13.327.336	330.674	188.510	150.375	556.034	(7.299.363)	31.934.423	4.929.740	4.278.025	3.980.123	1.036.832	2.359.755	(6.491.886)	42.027.012
Caixa e Equivalentes de Caixa	289.367	379.808	531.459	23.538	16.333	10.018	76.221	-	1.326.744	287.173	442.502	17.728	63.580	100.486	-	2.238.213
Contas a Receber	-	641.300	1.739.632	-	5.471	4.162	18.993	(28.762)	2.380.796	117.050	456.896	48.648	57.515	36.886	(9.077)	3.088.714
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	395.180	89.682	338.024	1.344	22.539	12.341	142.698	-	1.001.808	94.942	-	-	62.494	49.867	-	1.209.111
Tributos	497.174	209.355	1.569.763	27.952	558	102	1.951	-	2.306.855	314.322	325.624	28.105	57.166	7.263	-	3.039.335
Outros Ativos	867.201	322.985	1.975.064	23.059	3.913	105	34.927	(610.535)	2.616.719	67.560	500.607	210.391	155.101	126.760	(117.472)	3.559.666
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.211.567	9.777.238	7.173.394	254.781	139.696	123.647	281.244	(6.660.066)	22.301.501	4.048.693	2.552.396	3.675.251	640.976	2.038.493	(6.365.337)	28.891.973
PASSIVO	13.260.489	11.420.368	13.327.336	330.674	188.510	150.375	556.034	(7.299.363)	31.934.423	4.929.740	4.278.025	3.980.123	1.036.832	2.359.755	(6.491.886)	42.027.012
Fornecedores e suprimentos	6.340	320.462	1.187.398	16.674	10.760	7.637	15.439	(29.778)	1.534.932	22.620	325.259	328.469	38.836	20.915	(10.096)	2.260.935
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	5.659.563	6.043.712	26.257	-	-	76.191	-	11.805.723	2.102.239	2.243.516	2.310.719	234.396	596.082	-	19.292.675
Juros sobre capital próprio e Dividendos	46.282	530.000	-	-	30.013	18.794	20.205	(599.012)	46.282	172	118.528	-	1.094	52.048	(171.842)	46.282
Obrigações Pós-Emprego	129.890	576.301	1.835.544	-	-	-	-	-	2.541.735	-	90	-	-	-	-	2.541.825
Tributos	20.637	488.292	1.164.503	9.483	39.065	1.250	35.698	-	1.758.928	755.354	243.647	59.212	64.663	20.858	-	2.902.662
Outros Passivos	154.176	365.151	766.916	49.987	715	712	16.515	(10.513)	1.343.659	52.203	279.100	188.576	150.185	(8.067)	73.813	2.079.469
Patrimônio Líquido	12.903.164	3.480.599	2.329.263	228.273	107.957	121.982	391.986	(6.660.060)	12.903.164	1.997.152	1.067.885	1.093.147	547.658	1.677.919	(6.383.761)	12.903.164
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	241	5.601.183	7.426.790	86.779	41.554	33.047	243.786	(224.797)	13.208.583	644.335	1.926.115	197.105	583.060	167.750	(148.653)	16.578.295
Custos e Despesas Operacionais	(86.070)	(2.474.871)	(7.076.058)	(73.470)	(27.706)	(29.902)	(97.285)	217.763	(9.647.599)	(89.919)	(1.738.630)	(466.549)	(513.557)	(124.729)	111.491	(12.469.492)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.277.766)	(4.017.276)	-	(19.511)	(20.654)	(58.936)	112.238	(5.281.905)	-	(1.168.832)	(344.236)	-	(17.095)	99.196	(6.712.872)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(200.542)	(414.671)	-	-	(2.083)	(4.183)	85.308	(536.171)	-	-	(40.165)	-	(3.841)	34.781	(545.396)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(468.783)	-	-	-	(468.783)
Custo de construção	-	(48.011)	(546.100)	-	-	-	-	-	(594.111)	(18.167)	(206.098)	-	-	(6.291)	-	(824.667)
Pessoal	(27.860)	(221.309)	(634.019)	(9.672)	(994)	(1.058)	(3.986)	-	(898.898)	(29.959)	(75.820)	(5.709)	(11.703)	(32.728)	-	(1.054.817)
Participações dos Empregados no Resultado	(12.372)	(43.091)	(136.473)	(1.071)	(155)	(122)	-	-	(193.284)	(3.907)	-	(1.294)	-	(142)	-	(198.627)
Obrigações Pós-Emprego	(8.301)	(36.117)	(114.519)	-	-	-	-	-	(158.937)	-	-	-	-	-	-	(158.937)
Materiais	(88)	(214.801)	(36.909)	(55)	(376)	(245)	(264)	-	(252.738)	(18.839)	(6.155)	(676)	(940)	(241)	-	(279.589)
Serviços de Terceiros	(12.255)	(108.977)	(480.117)	(16.857)	(2.567)	(2.019)	(15.800)	24.730	(613.862)	(11.444)	(104.287)	(7.255)	(3.306)	(21.283)	694	(760.743)
Depreciação e Amortização	(383)	(218.363)	(318.011)	(25.873)	(4.118)	(3.287)	(13.309)	(4.144)	(587.488)	(862)	(99.488)	(36.677)	(15.765)	(35.268)	(17.391)	(792.939)
Provisões Operacionais	(6.318)	(31.438)	(109.815)	(47)	-	(5)	-	-	(147.623)	762	(42.214)	-	-	(1.615)	-	(190.690)
Outras Despesas Líquidas	(18.493)	(74.456)	(268.148)	(19.895)	(260)	(429)	(807)	(369)	(382.857)	(7.503)	(35.736)	(30.537)	(13.060)	(6.225)	(5.789)	(481.707)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(85.829)	3.126.312	350.732	13.309	13.848	3.145	146.501	(7.034)	3.560.984	554.416	187.485	(269.444)	69.503	43.021	(37.162)	4.108.803
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.042.189	(327.284)	-	(19.738)	-	-	2.731	(1.664.025)	33.873	676	(2.351)	-	-	38.965	(68.801)	2.362
Receita Financeira	51.745	118.241	227.240	3.899	2.511	1.332	17.215	-	422.183	71.863	81.257	3.380	22.558	11.369	-	612.610
Despesa Financeira	(4.125)	(429.117)	(550.338)	(2.302)	(327)	(52)	(7.900)	-	(994.161)	(222.928)	(194.215)	(75.817)	(17.854)	(31.930)	-	(1.536.905)
Resultado antes do IR e CSLL	2.003.980	2.488.152	27.634	(4.832)	16.032	4.425	158.547	(1.671.059)	3.022.879	404.027	72.176	(341.881)	74.207	61.425	(105.963)	3.186.870
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(962.467)	(192.567)	(5.458)	(6.274)	(1.525)	(41.065)	-	(1.209.356)	(72.125)	(30.418)	(4)	(25.165)	(6.484)	-	(1.343.552)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.039	16.902	171.338	779	855	(44)	627	-	206.496	(33.062)	4.603	812	-	(2.148)	-	176.701
Resultado do Período	2.020.019	1.542.587	6.405	(9.511)	10.613	2.856	118.109	(1.671.059)	2.020.019	298.840	46.361	(341.073)	49.042	52.793	(105.963)	2.020.019

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30/09/2015, reuniu-se 26 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2015, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30/09/2015 foram realizadas 47 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2015, até o mês de setembro, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

Os riscos estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou a decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes riscos, existe uma matriz em que são identificados 17 riscos estratégicos, tais como: dificuldades na captação de recursos, renovação de concessão e contingências ambientais.

Já os riscos operacionais são aqueles que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo completo de revisão (2012) foi finalizado com 160 riscos operacionais mapeados, entre eles, ruptura de barragens, incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora e não redução das perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador.

No período entre 2012 e 2014, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões no aprimoramento do processo de Gestão de Riscos da Cemig, consistindo na revisão do modelo de gestão e na implantação de um novo sistema (módulo SAP GRC RM), elevando a transparência e a confiabilidade de todo o processo. A nova ferramenta permite, dentre outros:

- o gerenciamento de fluxo de agentes envolvidos na gestão de riscos, como o gestor do processo, a equipe de gestão de riscos corporativos, gerentes, superintendentes e diretores;
- a inserção de novos parâmetros no modelo de gerenciamento de risco passando a considerar, por exemplo: causas e consequências de um risco e atribui a ele distintos níveis hierárquicos da organização;

- a vinculação de um risco gerido em um nível operacional com um risco que está sendo avaliado pelo nível estratégico;
- atualmente está em andamento processo de revisão da matriz de riscos de processos da empresa, considerando as novas possibilidades abertas pela nova metodologia e ferramenta.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av. Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/09/2015

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	42.436.467	5,06	42.493.170	3,34
Total Controlador	214.471.442	50,97	42.436.467	5,06	256.907.909	20,41
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
FIA Dinâmica Energia S/A	38.560.554	9,16	26.751.144	3,19	65.311.698	5,19

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/09/2015

	30/09/2015	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	42.436.467
Conselho de Administração	103.957	139.735
Diretoria Executiva	9	784
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.189.231	794.939.311
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2014, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2015, pelo 20º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às aquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Cemig GT permaneceria no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação dos Ministros do STJ a respeito da liminar da UHE Jaguará, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). No dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Durante o terceiro trimestre de 2015, a Cemig GT interpôs certas medidas judiciais, que foram indeferidas pelos órgãos julgadores. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Cemig GT relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Cemig GT permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Cemig GT. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguará, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Cemig GT reconheceu até 30 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Cemig GT: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 26 de outubro de 2015 a ANEEL encaminhou ao Ministério das Minas e Energia (“MME”) recomendação de prorrogação da concessão da Cemig D, bem como a minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, aprovado ao final de audiência pública. Assim, até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação estão sob análise do MME. As informações contábeis intermediárias da Cemig D e consolidadas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações da Cemig D, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7